

ACTA N.º 12

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM 30-06-23**

----- Aos trinta dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e três, na sala de Sessões da Câmara Municipal do Entroncamento, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal sob a Presidência do senhor **Luís Filipe Alves Ribeiro Antunes**, secretariado pelas senhoras Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves e Lúcia Dias Abelha, primeira e segunda-secretária, respetivamente. -----

----- Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram presentes os seguintes membros: -----

----- **Em representação do Partido Socialista**, os senhores: -----
Nuno Miguel Pacheco Rodrigues, Ricardo José Pires Antunes, Francisco José Velez Gaspar, António Manuel Henriques Miguel e Ana Cristina Jesus Almeida Coelho. -----

----- **Em representação do Partido Social Democrata**, os senhores: -----
Maria Paula Barral Carloto de Castro, Palmira Maria Lopes Pereira, Nuno Filipe Januário Nunes e Franco Horta, Susana Paula Matos Vieira Cruz, Telmo Alexandre Guerra Menino, Leonardo de Pinho Rodrigues e Teresa Maria de Carvalho Pereira Lucas. -----

----- **Em representação Independente**, os senhores: -----
Carlos Pedro Lopes Gomes Antunes Monteiro e Fernando Manuel Andrade Farinha. -----

----- **Em representação do Partido Chega**, a senhora: -----
Carla Sofia Lopes Sarroeira. -----

----- **Em representação da Coligação Democrática Unitária**, o senhor: -----
Bruno Filipe Nunes Farinha do Nascimento e Melo. -----

----- **Em representação do Centro Democrático Social – Partido Popular**, o senhor: -----
Pedro Miguel Faria Gonçalves. -----

----- **Em representação do Bloco de Esquerda**, a senhora: -----
Maria do Céu dos Santos Carvalho. -----

----- **Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima**, o senhor: -----

Ezequiel Soares Estrada. -----

----- **Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista**, o senhor: --
----- Rui Cardoso Maurício. -----

----- **Estiveram presentes pela Câmara Municipal**, a senhora Vice-Presidente, Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim e os Vereadores, senhores, Rui Jorge Bértolo Lara Madeira Claudino, Rui Pedro Dias Gonçalves e Luis José da Silva Forinho. -----

----- A Vereadora Anabela Carvalho enviou e-mail a informar a sua não disponibilidade para estar presente nesta sessão. -----

----- O **Presidente da Assembleia** deu início à sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, cumprimentando todos os presentes bem como aqueles que nos seguem via online. --

----- Foi dada a palavra à segunda secretária da Assembleia, **Dr.ª Lúcia Abelha**, que procedeu à leitura dos elementos, já anteriormente empossados, que se encontram a substituir os deputados que requereram substituição por período inferior a trinta dias: -----

----- **Telmo Alexandre Guerra Menino**, substituiu o deputado Dominique Gaspar Ventura, por este ter requerido substituição por período inferior a trinta dias; -----

----- **António Manuel Henriques Miguel**, substituiu o deputado Pedro Miguel Calado Gomes, por este ter requerido substituição por período inferior a trinta dias; -----

----- **Nuno Miguel Pacheco Rodrigues**, substituiu o deputado Mário André Balsa Gonçalves, por este ter requerido substituição por período inferior a trinta dias; -----
----- **Palmira Maria Lopes Pereira**, substituiu o deputado Tiago Nuno Alfaro de Lima Pereira, por este ter requerido substituição por período inferior a trinta dias; -----
----- Entrou-se de imediato no Período Antes da Ordem do Dia. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** colocou a Ata n.º 11, à apreciação e posterior votação. -----

ACTA NÚMERO ONZE: -----

----- Uma vez que ninguém quis manifestar-se em relação à Ata número onze, o senhor Presidente da Assembleia colocou-a à votação. -----

VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO ONZE: -----

----- A Ata número onze foi **aprovada por unanimidade** pelos presentes, de acordo com o n.º 3 do artigo 34.º do Código do Processo Administrativo (CPA). -----

----- Fez uso da palavra o **senhor Presidente da Assembleia**: Peço que façam chegar todas as declarações de voto, por escrito/e-mail, aos Serviços da Assembleia, para que possam ficar exatamente como foram pronunciadas. -----

----- Informar também o público que, quem quiser intervir, pode fazê-lo no período destinado para o efeito, solicitando previamente, através de inscrição que se encontra disponível no Serviço de apoio à Assembleia. -----

----- E recorde também que, de acordo com o Regimento desta Assembleia, todas as deliberações são aprovadas em minuta. -----

----- Foi também recebida uma proposta de moção, sobre saúde, apresentada pelo Bloco de Esquerda. -----

----- Foi dada a palavra à senhora **deputada Céu Carvalho**, da Bancada do Bloco de Esquerda, que apresentou a seguinte Moção: -----

----- Boa noite a todos. Vou passar a ler a moção que expressa uma preocupação, que penso, de todos nós. -----

MOÇÃO -----

“De há vários anos para cá, vem-se degradando a prestação do Serviço Nacional de Saúde (SNS), nomeadamente com uma recorrente insuficiência na dotação de médicos nos Cuidados de Saúde Primários, com especial incidência no concelho do Entroncamento. -----

Nos últimos tempos, apesar do enorme esforço e dedicação dos clínicos disponíveis, a degradação desse serviço essencial vem atingindo uma dimensão inaceitável e incompatível com o “direito à proteção da saúde”, consagrado no art.º 64.º da Constituição. -----

Neste momento, na nossa cidade, o número de utentes sem assistência de um especialista em medicina geral e familiar já ultrapassa os oito mil e quinhentos, faltando, para uma boa cobertura do SNS, sete médicos com essa especialidade. -----

Daí haver doentes que passam a noite inteira à porta do Centro de Saúde, para conseguirem uma das escassas vagas na chamada “consulta de recurso”. Muitos regressam a casa sem consulta, depois de longas horas à porta do serviço, durante a madrugada. Um quadro deplorável, quase meio século depois do 25 de abril. -----

Falharam claramente reorganizações do SNS que, supostamente, permitiriam ultrapassar velhas lacunas. Recentemente, falhou a colocação de novos médicos no nosso concelho, pois, nem um se apresentou a concurso. -----

A resolução do problema será complexa. Mas, seja como for, e Estado não pode eximir-se à sua obrigação de o resolver. -----

A Assembleia Municipal do Entroncamento não pode ficar indiferente e silenciosa perante a continuada degradação da prestação dos Cuidados de Saúde Primários no concelho, assumindo clara e firmemente a defesa de um direito essencial de todos os munícipes: o direito à proteção da Saúde. --

Nesse sentido, a Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida em 30 de junho de 2023: -----

1. *Manifesta publicamente a sua preocupação pela degradação da cobertura dos Cuidados de Saúde Primários no concelho;* -----
2. *Reivindica a urgente colocação de médicos nas unidades de saúde do concelho, por forma a garantir Cuidados de Saúde Primários a todos os utentes;* -----
3. *Declara-se solidária com os movimentos de utentes que reivindicam um SNS forte, para assegurar um serviço adequado;* -----

Exorta todos os órgãos autárquicos do concelho a que, no quadro das suas competências, se pronunciem no mesmo sentido. -----

Se aprovada, esta Moção deverá ser enviada ao Ministério da Saúde, aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, aos restantes Órgão Autárquicos, à Comissão de Utentes de Saúde do Médio Tejo e à Comunicação Social.” -----

----- Solicitou a palavra o senhor **deputado Ricardo Antunes**: Antes de mais, quero cumprimentar todos os presentes e, mais uma vez, pois nunca é demais, agradecer aos funcionários da autarquia que garantem esta transmissão online e, dessa forma, cumprimentar todos os que nos seguem lá em casa. -----

----- Efetivamente há uma menção muito relevante que é um problema complexo. E a falha de colocação de alguns novos médicos no nosso concelho, também nos tem de fazer refletir sobre um problema que não é novo, pois a escassez de profissionais para trabalhar nos diversos territórios, principalmente nos mais interiorizados, tem sido um problema recorrente. Há aqui um problema ainda maior, é que o nosso território começa a ser, também ele considerado, um território interiorizado na perspetiva da atratividade do mesmo. -----

----- E mais uma vez é sem dúvida complexo. Porque nós temos um número de médicos relativamente elevado, face à média da OCDE, um vírgula quatro por cada dez mil habitantes e a verdade é que, também os recursos humanos, ao contrário do que se fala, da fuga para o privado, também não acontece. São confirmações do próprio Presidente da Associação Portuguesa da hospitalização privada, é que não há médicos no público, nem no privado. Portanto, uma questão de atratividade. Não é um problema também exclusivo de Portugal, é também de vários países europeus, inclusivamente fora da Europa. Inclusive o Brasil, onde também se debate com este mesmo problema. Isto acaba por dar àquela expressão que é, os médicos devem estar onde não são precisos, ou não estão onde a população efetivamente precisa deles. -----

----- E estas dificuldades de recrutamentos no interior, continuam vigorosas. Depois também temos a acrescer a isto a falta de enfermagem que já é um fenómeno endémico e que, mesmo com a compensação de novos recrutamentos e o facto da redução do horário de trabalho, ainda não supriu. A grande verdade é que, os que pugnam com a medicina privada, não importa alguma promiscuidade funcional, talvez tenhamos de começar aqui a ter coragem e pôr termo à acumulação de funções no setor público e no setor privado, que a grande verdade é que, a generalidade dos servidores públicos tem em exclusividade e podem sim, solicitar a acumulação de funções. Mas esta também é apenas uma reflexão. -----

----- Mas em relação àquilo que tem sido feito, eu recorro que, já em dois mil e vinte, quando se falou em abrir novos cursos de medicina, que é trabalhar a montante, ou seja haver mais médicos, independentemente dos números que a OCDE relata, em Vila Real, em Aveiro e Évora, a primeira tentativa da Ordem dos próprios sindicatos, acabou por ser também de alguma forma involuntariamente acompanhada por todos nós, tem travado uma reforma essencial no panorama da Saúde em Portugal. Entretanto, corporativamente, estes cursos de medicina não abriram, têm sido travados, com o pretexto da perda de qualidade, mas

continuam a entrar no SMS, em média, quinhentos médicos portugueses por ano, que tiraram as suas formações na República Checa e em Espanha. -----

----- Qualquer jovem que ao obter uma formação académica, que o habilite ao exercício de uma profissão, não pode encontrar nenhuma ordem profissional, que deve contribuir para a sua integração e obsta essa integração. E não pode ser uma ordem profissional unilateralmente que decide quantos especialistas em sociologia se vão formar. Tendo em conta as necessidades do país e aquilo que é verdadeiramente do interesse público, criando, por vezes, verdadeiros cartéis que absorvem os recursos, escassos, do setor público. São conhecidos vários casos, como o médico espanhol desta especialidade, que ganha trezentos e sessenta e sete mil euros num ano como tarefeiro no hospital do Algarve e isto, é também aquilo que coloca efetivamente este problema como complexo. -----

----- Posto isto, nós concordamos com a proposta de deliberação e é óbvio que temos aqui de ser exigentes com os serviços públicos, para serem de qualidade e estaremos também, com toda a certeza, na defesa dos interesses das pessoas da nossa cidade e, mais uma vez, no melhor serviço público. Agora, naquela redação, sobretudo no que são os considerandos, aquilo que foi colocado, foi uma simplificação, quase de ataque, só de agenda política, com o qual nós não podemos concordar. -----

----- Posto isto, estamos naturalmente favoráveis para votar a favor desta moção, até porque vai de encontro àquilo que são os legítimos interesses da população do Entroncamento, de ter acesso a cuidados de saúde, mas naturalmente se se mantiver esta redação com estes considerandos, teremos de explanar numa declaração de voto, que não acompanhamos a totalidade do texto que é presente. -----

----- Solicitou a palavra o senhor **deputado Pedro Gonçalves**: Boa noite a todos. Eu tenho algum prurido com os pressupostos anteriores, que também estão nesta moção e a primeira coisa que pedia, era que votássemos analiticamente o que é proposto, sem os pressupostos. Pela minha parte, não existe qualquer problema. Mas isto leva-nos também a fazer uma reflexão. Eu concordo com algumas coisas que o deputado Ricardo disse, mas prefiro levar mais ao concreto e elevar o Entroncamento. -----

----- O Entroncamento teve, em alguns programas eleitorais autárquicos, algumas propostas de fixar e ajudar a fixar os médicos na nossa cidade. Eu, sinceramente, fico preocupado se Torres Novas não tiver médicos, obviamente que fico. Porque se Torres Novas não tiver médicos, certamente o Entroncamento não terá. Mas se eu puder competir com Torres Novas, e dar melhores condições para que o médico se fixe no Entroncamento, pode não ser justo para Torres Novas, mas é justo para mim, aqui no Entroncamento. -----

----- E é nesse sentido que eu também venho fazer o alerta e, aproveitando que está aqui a presença do Executivo, que se possa pensar e que se possa trazer aqui numa próxima reunião, numa futura discussão acerca da saúde, que se possa fazer propostas. Como estava no programa, pelo menos no programa do CDS estava uma proposta em concreto que era dar benefícios fiscais, ou benefícios diretos aos médicos de família que se quisessem fixar no Entroncamento. E acredito que noutros programas, creio que também o programa do PSD trazia alguma coisa acerca de fixação de médicos. Nos outros não me recordo. -----

----- Mas seria bom, numa próxima intervenção, em setembro, se pudesse contextualizar uma proposta que se pudesse apresentar ao executivo. Uma proposta que fosse algo mais do que uma mera moção. Que fosse um plano de ação, onde nós vamos, dentro das nossas possibilidades. Inclusivamente agora que vamos fazer um bairro social novo, não é? Quem sabe, alocar uma casa dessas, duas, três, quatro, para os nossos médicos de família, que esses sim, querem-se fixar e nós sabemos que muitos deles, ainda em início de carreira, quem sabe,

não seja uma ótima ideia. Deixo também esse repto, para que nós, numa próxima permanente, o possa discutir e contextualizar entre todos. -----

----- Pediu a palavra a senhora **deputada Paula Carloto**: Boa noite a todos. Em primeiro lugar, os eleitos do PSD acompanham integralmente a moção do Bloco de Esquerda. -----

----- Nós acompanhamos a moção e acompanhamos a moção nos seus pressupostos, embora compreendendo a bondade de algumas afirmações, designadamente as do Pedro Gonçalves em relação ao plano de ação. Eu acho que nós temos de ser mais exigentes e permanentemente mais exigentes. E há aqui uma falta de estratégia global no país, no distrito e no concelho, em relação a várias áreas, inclusivamente na saúde. Nós, e alguns de nós, estamos na Comunidade Intermunicipal, nós assistimos agora à discussão daquilo que vão ser as novas ULS. -----

----- O problema da saúde, como tantos outros, é um problema de falta de recursos humanos e financeiros e, é aqui que está o problema. Um bocadinho na boa lógica da política, quando não há dinheiro, a gente faz regulamentos. E eu acho que na área da saúde, também é um bocadinho assim que estamos a fazer. Como não há dinheiro para recursos humanos, nem para outro tipo de recursos, então vamos tentar baralhar e voltar a dar e vamos fazer as ULS. Uma coisa que até do ponto de vista da intermunicipalidade é muito discutível, porque nem sei se faz sentido termos criado as intermunicipais, com a lógica de criar uma mais valia pela aglomeração e agora começar a tirar parceladamente concelhos. Mas isto era outra discussão. --

----- Acompanhamos integralmente a Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda. Acho que temos de ser permanentemente mais exigentes. Mais exigentes com o Governo, mais exigentes com os órgãos distritais e mais exigentes com os nossos eleitos municipais. E, portanto, naquilo que for possível, entendemos que os nossos eleitos municipais devem fazer um esforço para tentar resolver diversas questões que se colocam pelo Entroncamento, designadamente provocadas pelo aumento de pessoas a viverem aqui. -----

----- Nós neste momento temos cidadãos que aqui sempre viveram, que se estão privados de médicos de família, provavelmente porque eles estão a ser atribuídos a outras pessoas que chegaram. Não estou a dizer com isto que foi mal feito, não pode é acontecer. E se está a acontecer, tem que se mudar. -----

----- Se para isto é preciso uma estratégia intermunicipal, então o município que se mexa, fale com os outros concelhos, fale com a intermunicipal e a comunidade que resolva o problema no distrito. -----

----- Isto para dizer que acompanhamos inteiramente a moção. -----

----- Não havendo mais ninguém que pretendesse intervir, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou a moção apresentada pelo Bloco de Esquerda à votação. -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO -----

----- A Moção, apresentado pelo Bloco de Esquerda foi **aprovada por unanimidade**, com **vinte e três votos favor**, sendo, oito votos do Partido Socialista, sete votos do Partido Social Democrata, dois votos dos independentes, um voto do partido CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrata Social-Partido Popular, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista. -----

----- O senhor deputado **Ricardo Antunes**, pediu a palavra para referir que irá remeter a declaração de voto, com teor semelhante àquele que foi proferido no final da minha intervenção: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO apresentada pelo Partido Socialista: -----

“Concordamos com a proposta de deliberação. Devemos ser exigentes com os governantes e com os serviços públicos e estaremos sempre em defesa das pessoas da nossa cidade e da qualidade do serviço público que é devido a cada cidadão. Na redação da presente moção,

embora o Bloco de Esquerda assuma que o tema é complexo e de resolução complexa, todo o contexto criado nos considerandos redundava numa simplificação que visa apenas um ataque marcado na sua agenda política ao governo, como se este fosse um problema recente e de simples resolução. Assim, a bancada do Partido Socialista votou favoravelmente à moção apenas pelo texto deliberativo, demarcando-se dos demais considerandos constantes do documento.” -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou ao período dos assuntos não incluídos na Ordem do Dia. -----

----- Pediu a palavra o senhor **deputado Pedro Gonçalves**: Mais uma vez, boa noite. Em primeiro lugar, quero parabenizar o nosso colega Nuno Horta, pela recente eleição enquanto presidente da concelhia do PSD. Espero que bons ventos possam ajudar o Nuno e que melhores consensos possam fazer. -----

----- E já que estou a dar parabéns, quero parabenizar também a Câmara Municipal pelas festas da cidade que, ao que sabemos, correram da melhor maneira. Não foi o melhor cartaz de sempre, mas assistimos a alguns momentos de excelência que vão ficar marcados na memória das pessoas por muito tempo. -----

----- Dar sobretudo os parabéns às Associações que estiveram presentes e que foram a alma das festas. Centenas de pessoas agregadas, voluntários que fizeram acontecer a festa, para além dos artistas. Estes sim, foram os verdadeiros artistas. Homens e mulheres dedicados durante oito dias, sempre, sem se negarem e sempre a estarem presentes. Bem-haja às nossas Associações e aos voluntários. -----

----- Dizer também, que temos sentido uma forte pressão do estacionamento, entre a zona compreendida entre a Praça Salgueiro Maia e a zona da Rua 5 de Outubro. Esta pressão é claramente resultado da falta de um parque que, as Infraestruturas de Portugal dizem, disseram, falaram, não sabemos o que é que havemos de dizer, mas que iriam construir. Ou seja, precisamos de um parque que acomode os passageiros que se deslocam para a estação do Entroncamento e problema esse que, se for para ser resolvido, com uma ligação da A23 à Zona Industrial, vai ser um processo bastante moroso. Mas aqui, esperamos todos o pior, porque este processo ainda não está falado, nem adjudicado, nem pensado, pela IP. O que nos leva a crer que, só quando houver uma remodelação da Estação, possamos ter um novo Parque de Estacionamento. -----

----- E por falar na remodelação da Estação, é algo que, se calhar, os nossos netos irão ver acontecer. -----

----- Então, cabe assim ao Município assegurar o estacionamento aos moradores da cidade que, durante os seus dias de trabalho, quando se deslocam, quando estão em suas casas, que pagam o seu IMI, pagam o seu IUC, mas que querem estacionar e muitas das vezes não conseguem. -----

----- Imaginemos que o terreno que está cedido à cidade para Parque de Estacionamento junto ao Celta, é vendido. É vendido e ali é construído mais um conjunto de habitação vertical. Como se resolverá o problema do estacionamento? Não vamos dizer, nem vamos pensar, nem vamos crer, porque não será definitivamente verdade, que o Parque que se está a pensar construir debaixo da futura biblioteca, chegará para todas essas necessidades. Porque não chegará. -----

----- Há uma necessidade de construir um Parque de Estacionamento. Quem sabe se a necessidade de se adquirir aquele terreno, que está cedido, ou um outro, para poder garantir o estacionamento. Isto deve ser contemplado no próximo orçamento, adquirir aquele, ou outro terreno, para que se possa construir um Parque de Estacionamento para a cidade. E sabemos que poderá não ser suficiente. -----

----- Já que falámos no Celta, os acontecimentos que ali ocorreram, devem ter sido previstos no planeamento policial e, não estamos a falar de populismo nem demagogia, mas os dias de festa não acabam às duas da manhã. O corpo especial de polícia não se pode ausentar da

cidade às duas da manhã. O movimento da cidade, o momento em que muitas pessoas regressam às suas casas, alguns já com substâncias a mais no seu corpo, deveria também ter sido salvaguardado quando se fez este plano. -----

Devíamos ter previsto, pelo menos, mais duas horas depois do término das festas. A nossa Esquadra à noite não tem efetivos suficientes para acabar com estas rixas. Necessita de reforço. Andamos todos muito eludidos com o que se passa com a PSP local. “*Com papas e bolos se enganam os tolos*” diz o povo. E parece que nós, ou comemos papas, ou comemos bolos. Porque a cidade não tem mais efetivos. Pelo contrário, tem menos efetivos do que quando nós fizemos a Assembleia Municipal, aqui, com o Comandante Distrital da PSP. -----

----- Temos de continuar a fazer pressão. Aliviámos a pressão e, os senhores que mandam na Polícia de Segurança Pública, aliviaram também eles a pressão. É necessário fazer efetiva pressão, para que haja efetivos na nossa Esquadra, para garantir vinte e quatro sobre vinte e quatro horas a segurança das pessoas e dos bens. Para investigar, para prevenir e para agir. Precisamos de mais agentes na nossa Esquadra para fazer patrulhamento durante a noite. Chegámos ao ponto de sermos ridicularizados, porque o nosso Tribunal foi assaltado. -----

----- Já chega de nos impingirem ideias e realidades que não são verdadeiras. A nossa PSP não está melhor. Precisamos, enquanto órgão político, exigir, pressionar, fazer força. Para que seja uma realidade, depende de mais polícia na nossa cidade. -----

----- E isto começa a ser vergonhoso para cada um de nós. Porque nós fizemos o nosso trabalho. Alguém não o faz. Nós aliviámos e eles aliviaram. É triste chegarmos ao ponto dos nossos polícias, estarem dois às quatro da manhã na Esquadra (dois que possam sair) e terem de esperar por um efetivo que vem de Santarém, de Torres Novas ou de Tomar, para poderem fazer o levantamento de uma rixa! Chegámos ao ponto de termos os Bombeiros a chegarem primeiro do que a Polícia de Segurança Pública e fazerem o trabalho sem terem a Polícia de Segurança Pública no local. -----

----- Precisamos e é urgente, continuarmos a fazer pressão, porque a nossa Esquadra de Polícia não está melhor! Desenganem-se. Não está melhor. E quem vier aqui dizer que está melhor, prove-nos. Não podemos ser enganados, nem sermos levados a acreditar naquilo que não está a acontecer. -----

----- Enquanto políticos locais, precisamos de continuar vigilantes. Vigilantes e diligentes. Eu preciso saber quantos homens, polícias, a partir da meia noite, todos os dias, eu tenho na cidade. -----

----- Quantos agentes eu tenho para patrulhar esta cidade. E, nas Festas da Cidade, por ingenuidade, por falta de aconselhamento, não sei, mas nunca podíamos ter deixado que o reforço policial se fosse embora às duas da manhã. Porque precisamos de ter mais homens na nossa Esquadra, mais homens na nossa cidade e temos de exigir. Temos que exigir e não estar só a pedir ao executivo que exija. Nós, que somos quem representa o povo, nós que somos o órgão mais representativo, temos que voltar a dizer: queremos mais polícias na nossa cidade. -

----- De seguida, foi dada a palavra à senhora **deputada Susana Vieira**: Boa noite a todos os presentes e a quem nos assiste. -----

----- Quero fazer aqui uma reflexão e partilhar convosco algo que nos chegou no dia de ontem e que parece tem sido, na última semana, uma constante. Especialmente no Jardim da Zona Verde, vêem-se dezenas de cidadãos estrangeiros a dormir no jardim, a dormir na rua. Com malas, com *trolleys* de viagem. Parece que muitos destes cidadãos estariam a viver em casas arrendadas naquela zona e terão sido despejados. Portanto, estamos a falar de dez, quinze, vinte pessoas. -----

----- Esta situação tem acontecido há várias noites consecutivas e é algo que nos deve preocupar a todos. Penso que o nosso concelho e o nosso executivo, teremos de pensar o que é que queremos para a cidade do Entroncamento. -----

----- É verdade que nós assistimos a uma mudança muito grande naquilo que é a configuração da nossa sociedade. Portanto, um número bastante elevado de pessoas estrangeiras passou a

habitar no Entroncamento, há semelhança de outras cidades, de outros concelhos do país em que os residentes da cidade, têm várias nacionalidades, nacionalidades distintas, essencialmente oriundos dos PALOPES, da América do Sul, Índia, Paquistão e outras origens. ----- Pelos valores que eu pude ver, que estão publicados, até ao final do ano de dois mil e vinte e dois, penso que seriam mais de mil novos cidadãos estrangeiros no Entroncamento. Neste ano de dois mil e vinte e três, não sei se os nossos Presidentes da Juntas de Freguesia nos podem aqui dar um contributo e dizer-nos com mais detalhe, como é que estão estes números. Se é que têm conhecimento. -----

----- De facto, é uma matéria muito preocupante e a questão que eu aqui coloco e colocava aqui ao Senhor Presidente da Câmara ou a quem o representa, é saber se a autarquia, eventualmente, celebrou algum protocolo, ou protocolos com estes países e, em caso afirmativo, que tipo de condições de inclusão foram inseridos nesses mesmos protocolos. -----

----- Se foram celebrados protocolos com os países da nacionalidade destes estrangeiros, de inclusão, de acolhimento. -----

----- Pediu a palavra o senhor **deputado Ricardo Antunes**: Eu queria dar conta aqui, daquilo que acabou recentemente, mas que acabou infelizmente, porque a grande verdade, é que se sentiu um clima de festa, em que as pessoas estavam visivelmente bem dispostas e trouxe uma alegria à cidade que julgo deve ser replicada ao longo de todo o ano. -----

----- Portanto, desde já, um bem-haja, em primeira instância, a quem organiza as Festas da Cidade, que é o Município. -----

----- O senhor deputado Pedro Gonçalves fez uma consideração em relação ao cartaz que, embora arrojado, continua a ser diverso e a verdade é que, aquelas que eram as apostas mais arrojadas, acabaram por resultar, mesmo em dias que tendencialmente se tem menos público e se tem mais dificuldade em se fazer as pessoas saírem de casa e viverem mais um bocadinho a cidade durante todos aqueles nove dias, foi plenamente conseguido. -----

----- E por essa razão, eu não poderia deixar também de agradecer a quem acaba por construir aquilo que são as festas e este clima de alegria e envolvimento, que são as Associações, essencialmente, e o esforço agregado dos seus dirigentes e dos próprios jovens que nessas associações participam, quer sejam elas de índole cultural, desportiva ou até social e, mesmo dos seus pais porque, se falamos muitas vezes da falta de encontro comunitário no Entroncamento e desenvolvimento comunitário, este é o expoente máximo e mais uma vez, julgo que devemos fazer tudo ao nosso alcance para o replicar. E também há os artesãos, os expositores que acabam por fazer do símbolo das festas, todo este centro da cidade, que percorre desde a Falcão de Sommer até à Praça Salgueiro Maia. -----

----- Não podia também de deixar uma nota aos incansáveis funcionários do Município, que permitiram que tudo corresse pelo melhor, apesar de alguns infortúnios de início, que são sempre normais. -----

----- Queria também dar aqui uma nota em relação ao modelo de copos reutilizáveis. É um modelo diferente daquilo que era o habitual, mas julgo que acabou por resultar, mais não seja, pelo facto de, nos dias seguintes de manhã, o volume de plástico acumulado no chão do recinto das festas, ser substancialmente inferior. Ainda não é zero, mas continuamos a caminhar nesse sentido e também, se calhar, no próximo ano, criar aqui, talvez até com a RESITEJO, alguma sensibilização para o correto encaminhamento da maior parte destes resíduos, que são de plástico. -----

----- Tendo em conta as festas da cidade e o evento que nada teve a ver com elas, mas que acabou por acontecer na nossa cidade, dar nota de que também houve várias festas em que também aconteceram, infelizmente, alguns aqui na região, e que aconteceram algumas alterações que têm sempre a mesma origem. -----

----- Naturalmente, este ambiente de folia, acaba por leva a excessos, nomeadamente no que concerne ao consumo de álcool. Naturalmente, lamentamos aquele desfecho, sobretudo porque é um espaço que tem permitido aos jovens da nossa cidade, encontrar um espaço onde

se possam divertir, onde possam reencontrar-se nos fins-de-semana quando estudam fora, ou trabalham fora e, naturalmente, desejar as melhoras aos visados neste triste episódio. -----

----- Ainda sobre aquilo que o deputado Pedro Gonçalves disse, em relação à questão do policiamento, a verdade é que, esta Assembleia teve uma iniciativa que até podemos considerar frutífera. Ficámos de convidar novamente o senhor Comissário a vir a esta Assembleia e, naturalmente, tendo em conta isto, julgo que será salutar, até porque ele próprio se disponibilizou. Poderemos diligenciar isso. Não sei se será possível para a Assembleia de setembro, mas podemos novamente conversar aqui sobre as matérias de segurança pública nesta Assembleia e também podermos contribuir, mais uma vez, dentro daquilo que são as competências da Assembleia. Podemos voltar a insistir naquilo que possamos fazer para ajudar a que a Polícia de Segurança Pública tenha efetivamente mais condições para poder atuar em prol da nossa comunidade. -----

----- Uma última nota vai para o Agrupamento de Escolas. Notável o trabalho, sobretudo numa altura em que há mudança de pasta, assinalar o notável trabalho que foi feito também pela direção anterior, sobretudo num ano muito atípico, em que o número de alunos cresceu substancialmente e que não houve transtornos de maior para aquilo que foi a atividades escolar. Naturalmente que os houve, mas não vimos transtornos de maior e o ano letivo que termina, acabou por correr bem. É um balanço final positivo. -----

----- Dar também, naturalmente, os parabéns à nova direção, na pessoa da nova diretora, professora Margarida Costa, e desejar-lhe as maiores venturas na gestão do Agrupamento de Escolas. Naturalmente que as suas melhores venturas serão também as nossas melhores venturas, porque a eles são entregues grande parte das crianças do nosso concelho, elas sim, o futuro da nossa cidade. -----

----- Pediu a palavra o Senhor **deputado Ezequiel Estrada**, Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima: Muito boa noite a todos. Relativamente à situação colocada pela bancada do PSD, que de certo modo fez uma solicitação aos Presidentes de Junta de Freguesia poderem fazer algum esclarecimento acerca da afluência de estrangeiros no nosso concelho e nas freguesias, tenho a acrescentar o seguinte: -----

----- As freguesias foram constituídas para um apoio comunitário aos seus fregueses, num contexto completamente diferente do que o que está a acontecer. Ou seja, todas as pessoas faziam o seu registo enquanto cidadãos na Junta de Freguesia, para obter uma identificação enquanto recenseados. E era assim que se constituíam as freguesias, que eram avaliadas e iam crescendo ao longo do tempo, com duzentos, trezentos, quinhentos, no caso da Freguesia do Entroncamento, que passou a concelho, precisamente pelo número de recenseados que transmitia, a partir das freguesias, para criação de concelhos. E é nessa base que as freguesias são avaliadas e recebiam a transferência do orçamento de Estado para as freguesias, no contexto das pessoas que estão recenseadas e não residentes. -----

----- Portanto, recenseadas, residentes na freguesia é que era feita a transferência para manutenção e apoio a essa população. -----

----- Ou seja, a afluência de estrangeiros que está a acontecer, de uma maneira completamente dispare, que aqui há uns anos era impensável uma situação destas, não traduz qualquer transferência do Orçamento de Estado para apoio e para dar a prestação de serviço e acompanhamento da situação a estrangeiros. Para isso existe um serviço que, efetivamente, chegamos à conclusão que não funciona, que é o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. -----

----- Ou seja, nenhuma junta de freguesia, neste momento, está a fazer esse serviço. Isto é, chegam à junta de freguesia, estrangeiros que estão há cinco, seis anos no país e que nunca se dirigiram a qualquer serviço. Chegam-nos à junta de freguesia estrangeiros que estão à cinco, seis anos no país, que nunca se dirigiram a qualquer serviço, e vêm à Junta de Freguesia, a dizer que moram na 1.º de dezembro há cinco ou seis anos no país e que nunca se dirigiram a qualquer serviço, e querem um atestado. Normalmente este atestado, que é solicitado por estes

estrangeiros, reporta para a matrícula de crianças no ensino e Serviço Nacional de Saúde. Ou seja, para o Centro de Saúde. -----

----- Foi recomendado às Juntas de Freguesia, através do senhor Presidente da República, através do Governo, que não complicássemos a situação de acesso a esta gente. Era entendido que o país, efetivamente, atendendo à situação que se prevê que até ao ano dois mil e trinta e cinco se calhar já não somos oito milhões e tal, seremos só cinco milhões de portugueses e, portanto, que era necessário reforçar e assim aproveitar, portanto, toda esta afluência de estrangeiros para reforçar o país, não só em termos de mão de obra, mas de necessidades que vamos ter de todas as situações. -----

----- O que posso aqui acrescentar, é que, na Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, nós estamos a receber, com primeira inscrição, primeiro registo na Freguesia, e isto pode reportar que este número pode ser o dobro, pois se não necessitar de vir à Junta de Freguesia para requerer uma matrícula, ou para requerer ir ao Centro de Saúde, ou para uma conta bancária, ou para acesso à Autoridade Tributária, nem precisa de lá ir e pode só cá viver. Portanto, este número pode não ser o dobro destas situações, mas estamos a ter cem por mês. Ou seja, fechamos o dia de hoje, com seiscentos e cinquenta estrangeiros, de janeiro até agora, com registo de entrada na Freguesia de Nossa Senhora de Fátima. Mas certamente que há outros que não precisam de ir à Junta de Freguesia. À Junta de Freguesia só vão para os efeitos que descrevi há pouco. -----

----- A Junta de Freguesia, para salvaguardar responsabilidades, porque a Lei permite que seja feito um atestado, que seja feita uma certificação pessoal, que reporta, neste momento, para o recenseamento, ou seja, tendo em conta o Cartão de Cidadão, a pessoa pode mudar de freguesia, pode mudar de concelho, em três dias. Antigamente não era assim, tinha-se de ir à Junta de Freguesia para fazer o recenseamento e o Presidente da Junta de Freguesia avaliava a situação, era feito o registo que ficava, registo esse que era a própria pessoa que dizia que residia cá. Hoje não. Altera-se o Cartão de Cidadão e altera-se essa identificação. -----

----- Perante estas situações, o que nós aqui exigimos, normalmente, é que, se a pessoa tem título de residência emitido pelo SEF, consideramos que é um documento válido, acreditamos nele e aceitamo-lo na Freguesia para passar o atestado. Se a pessoa não tem qualquer registo de identificação, está apenas com o passaporte que, de um modo geral, cerca de oitenta por cento, estão completamente fora do prazo, o que nós exigimos a estes casos, é que manifestem interesse junto do SEF, dar conhecimento ao SEF que, efetivamente, estão em Portugal. Porque muitos deles nem sequer o SEF sabe disso. Nós temos ali situações que, como é o caso de um indiano que, saiu em 2016 e a primeira abordagem que teve num país da Europa, foi na Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, a dizer que morava na Rua 1.º de Dezembro. -----

----- Nestas situações, nós tentamos informar o SEF, através de uma manifestação em como estão no país e aí emitimos este atestado de residência. Mas como disse há pouco, a maioria só é solicitado para a matrícula de crianças nas escolas, Centro de Saúde, contas bancárias e Autoridade Tributária. Posso adiantar mais, que este registo tem este número aproximado de cem pedidos por mês. É esta a situação. -----

----- Relativamente a se eles vêm com contrato de trabalho, não compete à Junta de Freguesia indagar essa situação. Será remetido para outras instâncias. O número de estrangeiros a residirem em apartamentos, é do conhecimento geral que há muitos em quantidade, mas não compete à Junta de Freguesia salvaguardar essa situação, ou regista-la, ou participa-la, seja a quem for. -----

----- Efetivamente é difícil de negar a situação. A situação do testemunho é aquela. A pessoa tem de estar recenseada na Freguesia, para ser testemunha. E agora, pode pertencer até a qualquer uma das etnias, deste que seja recenseada na Freguesia, tem direito a ser testemunha. E se vier solicitar, o Presidente de Junta não pode negar esse testemunho, porque a Lei diz que pode ser emitido atestado com testemunho, presencial. -----

----- De seguida, pediu a palavra a senhora **deputada Paula Carloto**: Os eleitos do PSD querem dar registo do agradecimento à Diretora do Agrupamento Escolar que cessa agora as suas funções e, congratular-se pela eleição da Dr.ª Margarida Costa para o exercício dessas novas funções, disponibilizando-nos, obviamente, para a colaboração integral que for necessária. -----

----- O senhor **Presidente da Assembleia**, deu a palavra à senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, para que esclarecesse algumas das questões aqui colocadas. -----

----- Interveio a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, **Dr.ª Ilda Joaquim**: Boa noite a todos os presentes e a quem nos segue em casa. -----

----- Em relação às questões colocadas pelo CDS, sobre o número de efetivos da Esquadra de Polícia de Segurança Pública do Entroncamento, todos nós estamos conscientes que não tem o número de efetivos que queremos, que gostaríamos, que são necessários, em presença física. Temos com certeza, mantido diálogo com o comando local distrital e não só, sobre esta realidade e o que nos é dito, é que, de facto, há um deficit de agentes a entrar na Escola da PSP, há uma dificuldade em angariar agentes, e que, tal não obsta nem tem obstado a que não estejam presentes quando necessário, dada a boa articulação entre as várias organizações de segurança pública local, intermunicipal e distrital e, louvor seja também feito, ao excelente exemplo de boa liderança que o senhor comissário Nuno Ponciano tem demonstrado, que é do conhecimento geral, que o ambiente e a sensação de insegurança que alegadamente existia, tem reduzido significativamente, demonstrando o seu excelente desempenho, pelo que deixo aqui, e penso que estarão todos de acordo. -----

----- Desde já, o nosso reconhecimento, esperando que se mantenha muito tempo no concelho e continue a fazer o seu bom trabalho. De facto, pessoas que com pouco fazem muito, não abundam e, quando as há, temos de as estimar e reconhecer publicamente esse trabalho. -----

----- Dizer também que, em relação à construção da Esquadra, está a decorrer o processo de apresentação de propostas. É nossa esperança, se não houver nenhum imprevisto, podermos ter a consignação no final do verão. -----

----- Dizer ainda, e também é do vosso conhecimento, foi dado conhecimento à Câmara, a assinatura do protocolo para a videovigilância. Portanto, são tudo processos que estão em curso e que, não resultando em multiplicação física de agentes, resulta, com certeza, numa multiplicação de recursos que a cidade passa a dispor. -----

----- Quanto ao estacionamento, é um facto, temos necessidade de aumentar os parques de estacionamento. É um processo que temos vindo a gerir no dia-a-dia. Eu não posso levar os carros para casa, o senhor deputado também não poderá com certeza e, obviamente que nos faz pensar em estratégias que vamos pondo em curso para que o Entroncamento se possa dotar dos estacionamentos necessários. Por exemplo, uma decisão que nem sempre é pública e conhecida e que muitas vezes, pontualmente, não é acarinhada pelos particulares, decorre de todas as situações em que nós não autorizamos a construção, porque não autorizamos que no centro da cidade, ou em locais da cidade onde o estacionamento já de si é difícil, possa ser substituído o estacionamento por um pagamento de valor correspondente ao Município, e pode-se porque a Lei prevê, mas que nós entendemos que não deve ser aceite e que, foi aceite durante muitos anos nesta Câmara e que, devido ao mau planeamento urbanístico, estamos agora nesta situação e vai demorar algum tempo a resolver. -----

----- Em relação também à Zona Verde, questão colocada pelo PSD, em relação aos alegados estrangeiros que dormem na rua durante a noite, nas últimas noites. O que eu lhe posso dizer e manifestar aqui publicamente, é que, ainda esta manhã, decorreu a reunião com o CLASE (que como sabem é a organização de todas as entidades de apoio social local, e também com a Santa Casa da Misericórdia, Polícia de Segurança Pública) e ninguém referiu essa situação. ---

----- Se ela existe, a sugestão, o pedido, que posso deixar, é que façam chegar a quem de direito. Nós também, com certeza que o faremos junto das entidades que têm como função e missão dar apoio a estas pessoas, denunciar estas situações, proporcionar alguns meios para

que as pessoas possam sair dessa situação precária, para que possam ser ajudadas. E, podem fazer-lo junto dos Serviços Sociais da Câmara, por exemplo, junto do CLAIM, que também a Câmara disponibiliza, para que possam ser tomadas medidas. -----

----- Em relação à questão do protocolo, eu não percebi a questão, sinceramente. E continuo a não perceber. Não percebo como é que passa pela cabeça de alguém (eu posso estar a interpretar mal a questão e se não for isso, peço desculpa). A Câmara nunca tomou nenhuma iniciativa de ir junto desses países da origem dos estrangeiros, fazer protocolos que daí possa imaginar-se que vêm mais pessoas, ou que vai dar melhores condições e angariar pessoas que venham para o Entroncamento. Aqui há um tempo, foi uma falsa notícia usada para denegrir o Executivo, inclusive alegando que recebíamos dinheiro por cada pessoa que vinha. E isto foi usado durante a campanha eleitoral, com certeza com sucesso junto de algumas pessoas menos informadas, mas isso é uma profunda falsidade. -----

----- Se me perguntar se já tomámos a iniciativa de fazer um protocolo que possa melhorar as condições de vida das pessoas, esse protocolo nunca será com os países de origem. Pois até podíamos ser acusados de facilitação de imigração ilegal, o que é crime, como sabe. E nós sabemos que isso não é possível e aliás, vem na comunicação social os últimos casos de apoio à imigração ilegal que, por vezes, até pode ter roupagens aparentemente inocentes e depois se revelam dramáticas e muito complicadas. -----

----- O que temos, é com as instituições nacionais, com o alto comissariado das migrações, temos protocolo de apoio, onde temos o CLAIM, que resulta daí, temos reuniões regulares onde se faz o ponto de situação destes casos, das medidas que podem ser implementadas e, temos uma profunda preocupação de integração destas pessoas, que nem sempre é compreendida e penso que é o grande desafio para as nossas sociedades, onde temos o exemplo do que se está a passar em França, onde houve uma falsa integração. -----

----- Os primeiros imigrantes contentaram-se com uma habitação e acesso a saúde e educação, as segundas e terceiras gerações não se contentam, porque se sentem nacionais de direito e não se contentam em viver em bairros afastados e serem tratados como periféricos e nacionais de segunda categoria. Eu penso que é uma grande lição e que nos leva a pensar, em conjunto e com propostas, quem sabe, inovadoras e até sugestões, e aí sim, exigências junto de quem toma decisões, com ideias que possam levar a medidas de apoio a integração que sejam reais. São pessoas como nós. Porque onde há trabalho, gera sempre procura junto de locais onde a miséria graça e a segurança e as condições de vida são ignóbeis, inadmissíveis. Isto é uma realidade que temos, temos todos. -----

----- Ainda no outro dia, numa reunião com o senhor delegado de educação, onde eu me queixava que precisávamos urgentemente de resolver situações no Entroncamento, que estamos a cem por cento, ele disse-me que tem situações na área metropolitana de Lisboa, a sul de Lisboa, com duzentos por cento. Porque de facto, onde há trabalho, onde as condições de vida são melhores, é onde essas pessoas procuram viver para ter melhores condições. E, é nossa obrigação dar-lhes acesso à educação, porque é a melhor forma de os começarmos a integrar e não termos *GUETOS* e pessoas depois a lutar contra o sistema. Dar-lhes acesso à saúde, sem distinguir de quem vive, porque se eu vou dar, como se disse há pouco, melhor acesso a uma pessoa que é nacional portuguesa, eu pergunto como é que se faz o Critério de Sieriação, se eu bem percebi a questão! Faço o critério pelo local de residência? Então, quem vive numa terra só pode ser inscrito ali? Ou só posso aceitar uma inscrição de um migrante depois de ter não sei quantos nacionais inscritos? -----

----- Não, é uma medida extremamente delicada, para não dizer outra coisa. Delicada e que nós temos de pensar de outra maneira, porque senão, o que estamos a fazer, é criar cada vez mais *GUETOS* e dar força às demagogias, dar força às extremas direitas e, quem sabe, o que vem aí a seguir e que devemos estar muito atentos. -----

----- Para não me alongar mais e pegando nas palavras do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, eu percebo a preocupação dele, mas, quem sabe se

não será a altura, o momento de começarmos a pensar na realidade dos apoios, ou nas formas de organização e resposta da nossa administração regional e local, que saia do modelo do século passado, dos anos trinta, e que dê resposta ao que o modelo dos anos atuais nos impõe. ----- Isto é o que eu penso sobre o assunto. É o que nos preocupa. Nós temos quase vinte e dois por cento de alunos migrantes (filhos de migrantes) nas nossas escolas e já foi aqui dado um louvor à direção do Agrupamento e acho que é extensível a todos os profissionais de educação, porque aqueles meninos não vieram todos no mesmo dia. Aqueles meninos foram chegando. E o desafio de os integrar, de os ensinar e a procura que está a ser feita para que se encontrem formas de eles aprenderem, desde o léxico nos vocábulos que são diferentes, mesmo para quem fala português, deles sentirem que, mesmo falando português, falam de uma maneira diferente, poderem ser integrados, já foram faladas muitas hipóteses e sei que estão a ser estudadas, é uma atitude positiva, merecedora de todo o louvor e todo o reconhecimento, pois nunca é demais dizê-lo. E quando um profissional, em algum momento possa ter uma descarga, ou uma saída menos feliz, temos que dar isso como um sinal de um cansaço que é aceitável, porque no momento seguinte ele vai reagir de outra maneira. ----- Penso que respondi às questões. Se houver mais alguma dúvida, poderão colocá-la. ----- Pediu a palavra a senhora **deputada Paula Carloto**: Só para ficar claro, porque provavelmente a Senhora Vice-Presidente não terá percebido bem aquilo que eu quis dizer. --- Ninguém mais do que eu, é a favor da inclusão, da igualdade e do tratamento de que todas as pessoas são iguais, independentemente da sua cor, do seu sexo, da sua nacionalidade. Sabemos isso. -----

----- O que eu digo, é que a nós também compete evitar o conflito que gera a quem cá está, ser prejudicado por quem chega. Eu acho que nos compete a nós tratar bem quem chega, dar condições de perfeita inclusão a quem chega, mas que elas também não afetem diretamente quem está, sob pena de gerarmos o conflito ao contrário. Foi apenas isto que eu quis dizer. --- O **senhor Presidente da Assembleia**, concluiu assim o período de antes da ordem do dia, entrando de imediato no período de intervenção do público. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- Não havendo público que manifestasse vontade de intervir, o **Senhor Presidente da Assembleia** entrou de imediato no período da Ordem do dia. -----

ORDEM DOS TRABALHOS

PONTO NÚMERO UM

“APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, ao abrigo do disposto na al.ª c) do n.º 2 do art.º 25.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro” -----

----- Pediu a palavra o senhor **deputado Pedro Gonçalves**: No Quadro de Pessoal, continuamos com um coordenador municipal de proteção civil, por preencher. Nós não temos muito terreno florestal, mas a proteção civil não se resume a problemas florestais. É uma necessidade crassa. Precisamos e todos nós sabemos porque é que precisamos, mas sobretudo, no dia em que aconteça alguma desgraça. Eu não sei se todos vocês têm noção de quantos comboios com mercadorias perigosas passam na Estação do Entroncamento. Mas se tivessem, se calhar a vossa preocupação e a de todos nós, com a falta de um coordenador municipal de proteção civil, com formação adequada, seria enorme. Porque à noite, nos comboios de mercadorias, passam aqui milhares de litros de produtos químicos bastante perigosos. -----

----- No mesmo Quadro, continuam quarenta e três postos de trabalho por preencher. -----

----- Senhora Vice-Presidente, tenho aqui duas perguntas ainda acerca deste processo, mas deixe-me só fazer um aparte: cinco assaltos, um deles ao Tribunal, outro ao Cineteatro do Entroncamento (ao nosso querido São João), eu acho que isto não traduz um clima de tranquilidade, como se falou. -----

----- Queria saber sobre o décimo quarto ponto, que é uma injunção, PLMJ Advogados, diz que o Município foi notificado da data de audiência de julgamento para o dia vinte e um junho, a data já foi e gostaria de saber em que ponto é que está. -----

----- Outro, é o processo número vinte, processo oitocentos e setenta e nove, Ação Administrativa, autor António Carloto de Castro, Lda. e o réu, Câmara Municipal do Entroncamento. -----

----- Portanto, gostaria de saber em que ponto é que estão estes dois processos. -----

----- De seguida, pediu a palavra ao senhor **deputado Nuno Horta**: Boa noite senhor Presidente, senhores deputados, senhores vereadores e a quem nos está a ver em casa. Um agradecimento especial ao deputado Pedro Gonçalves, pelas palavras que me proferiu. -----

----- Em relação ao Quadro de Pessoal, também há aqui alguns números que nos incomodam. O que aqui está indicado, é que o Município tem menos quinze por cento de funcionários, do que aquilo que foi dimensionado/orçamentado. Por isso, a nossa pergunta aqui, e não especificando quais, orçamentámos mal as pessoas que precisamos para o Município, ou andamos a fazer “omeletes sem ovos”? Para quando estas contratações? Vão ser feitas ou não? -----

----- O segundo esclarecimento, tem a ver com uma informação que está na página oito, do documento. -----

----- Empreitada de construção de garagem e muro de vedação, Rua Dom Pedro II, número dezassete e número dezanove. Nós gostávamos de ter alguma informação relativamente a esta obra. O que é que se trata, se é alguma habitação que pertence à Câmara. O que é que foi intervencionado aqui e porque é que aparece aqui na Informação do Presidente. -----

----- Ninguém mais querendo intervir, o senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra a senhora Vice-Presidente. -----

----- Esclareceu a senhora **Vice-Presidente, Dr.^a Ilda Joaquim**: Em relação às questões colocadas pelo CDS, o que eu lhe posso dizer quanto aos assaltos, é que neste momento é uma questão de polícia. Aguardamos as informações e os desenvolvimentos, nos quais o Município não tem qualquer competência, porque vivemos num Estado de Direito. -----

----- Em relação à questão sobre a Proteção Civil, devo dizer que, a Proteção Civil Municipal, de facto, não tem um coordenador ainda nomeado, com a devida habilitação. Contudo, como penso que o senhor deputado saberá, a Proteção Civil Municipal integra uma estrutura regional e, quem de direito, quem tem competência nessa estrutura regional, aliás, em articulação com o Município do Entroncamento, tem a organização preparada e necessária para fazer face ao que for necessário, com os recursos que existem no Entroncamento, com as pessoas que fazem parte da Proteção Civil Municipal, com a pessoa que, não sendo coordenador, porque não tem habilitações para isso, mas que está exclusivamente afeto a este serviço, a colaborar com os serviços regionais, para que nada fique sem resposta em caso de necessidade. -----

----- Aliás, que acontecesse o desastre das suas palavras, decorrente do número de transportes de matérias perigosas que passam no Entroncamento, nunca seria a Proteção Civil Municipal Local, sozinha, a intervir, como sabe. Daí existir esta estrutura, esta rede, que garante, juntamente com as Forças de Segurança e com os Bombeiros, a resposta na hora, no momento. Ainda que tivéssemos coordenador, seria sempre assim. -----

----- Em relação à injunção da PLMJ, eu posso explicar este processo. Não sei se já alguma vez tive oportunidade de o fazer. Não veio nesta informação, na medida em que, no dia em que estava agendada a audiência, a informação já estava feita e já estava enviada. -----

----- Este é um processo que decorre do seguinte: em dois mil e oito, se não estou em erro, tivemos uma inspeção do IGAL, em que determinou a declaração de nulidade de uma avença dos serviços jurídicos com a PLMJ e o Município do Entroncamento, por várias coisas que não vale a pena estar aqui, agora, a escamotear. A avença era de um determinado valor e depois faturavam à parte as horas. Não havia evidência do controlo desse número de horas

que eram pagas, nem havia documentação das despesas que eram apresentadas para pagamento e que o Município tinha de pagar, se queria continuar com os serviços. Com essa inspeção foi decretada a nulidade desse contrato e o contrato cessou. -----

----- Obviamente havia trabalhos a decorrer, processos em curso e, na boa fé, ninguém disse aos senhores “agora não queremos mais os vossos serviços” que não faria sentido. O que teria feito sentido e que à posteriori é muito fácil pensar como é que os processos se organizam cem por cento bem, teria feito sentido a PLMJ nos ter dito, e era obrigação deles, dizer: “Caríssimo Município, tem de nos passar uma procuração, agora por processo, e vamos começar, como se fosse de início, porque a avença que o sustinha, que fundamentava a nossa escolha para lhe prestarmos um serviço, não existe mais, foi declarada a sua nulidade”. Isso não aconteceu e eles continuaram a fazer trabalho, com processos pendentes. -----

----- Quando eu cheguei ao Município, havia vários processos pendentes. Entretanto, houve uma pessoa que saiu da sociedade de advogados e mais ou menos a partir de dois mil e catorze, dois mil e quinze, começámos a ter reuniões, até porque estavam a agendar-se julgamentos de alguns processos desses pendentes e em que a Sociedade de Advogados dizia, meus senhores, têm de pagar, têm de pagar, têm de pagar. Mas eles não nos conseguiam dizer exatamente, pagar o quê, que faturação, que serviços queriam faturar. Eu falei com eles nas reuniões e fui dizendo para me mandarem a descrição dos trabalhos e faturem, para que nós possamos aceitar a faturação, que tem de ser objetiva e adequada e pagar-vos o que está para trás em dívida. Alegaram dificuldades pelo desmembramento da Sociedade, pelo advogado que mais trabalhava connosco já lá não estava. De qualquer maneira, foram fazendo alguns relatórios que constam do processo. -----

----- E desses relatórios, nós não aceitámos, porque achámos que não estava devidamente justificado, os valores que nos quiseram cobrar. Não aceitámos, fomos contestando, as despesas que nos estavam a faturar, nalgumas faturas até havia IVA sobre as despesas, também não estavam devidamente documentadas e nós temos aqui um princípio muito simples, pagamos tudo o que a Câmara deve, desde que devidamente fundamentado, documentado e desde que esteja dentro do enquadramento legal. -----

----- A PLMJ, aborrecida com esta frente que lhe fizemos, ainda por cima tivemos o desplante de não os aceitarmos como advogados da Câmara, numa reunião que fizeram connosco, primeiro foi uma injunção e é por isso que este processo começa por uma injunção, de uma forma tão malfeita, mas tão malfeita, que eu teria vergonha. Penso que nenhum dos advogados da terra e arredores, teria coragem de pôr uma ação daquela maneira. Nós contestámos e o juiz, ou o Tribunal, não sei se por respeito à entidade ou porque decorre da Lei, e acredito que seja por imposição legal, em vez de declarar a inaptidão da petição e mandar aquilo para o caixote, disse “venham lá corrigir a ação” e eles puseram uma nova ação. Não corrigiram aquela, foi uma nova ação. -----

----- E nessa nova ação, pediam-nos catorze mil euros de honorários, mais catorze mil euros de despesas, enfim, aquilo no total somava quarenta e tal mil euros. E nós fomos dizendo, “pagaremos aquilo que o Tribunal mandar, isto não tem hipótese de chegarmos aqui a um acordo, o dinheiro não é nosso”. E houve uma primeira tentativa de conciliação que não teve sucesso. O processo prosseguiu, é marcada audiência de julgamento, o senhor Presidente foi à audiência com o nosso mandatário e percebeu que mesmo a própria juíza não estava confortável com aquele processo. E posso dizer que, eu não tenho os valores exatos (falha minha que não me documentei), e não estive nessa audiência, eu não quero mentir, se fizemos um acordo por nove mil ou por onze mil euros. Portanto, dos tais valores que eles estavam a pedir, com o apoio do juiz que também se percebeu que não concordava com aqueles valores que não tinham documentação de suporte, ficou feito esse acordo e é por isso que está aqui mencionado nos pendentes. Também ainda não temos a homologação do acordo por sentença e, por isso, virá na informação á próxima Assembleia, devidamente explicado o fim desta ação. -----

----- Temos outros pendentes de acordo, mas eu não vou falar neles porque não estão terminados e seria deontológico fazê-lo. -----

----- Em relação à ação que Paula Carloto Castro pôs contra a Câmara, sobre uma deliberação de aprovação de um projeto de arquitetura, está a decorrer o processo em Tribunal e eu, neste momento, não lhe posso dizer mais nada, não tenho mais elementos. -----

----- Quanto ao Quadro do Pessoal, eu não sei como é que chegou aos quinze por cento, mas deduzo que tenha ido ver o número de efetivos e o número de pessoas previstas no Quadro, Quadro este que foi aprovado no início do ano. Deduzo que seja essa a conta. -----

----- Eu já dei esta explicação aqui numa Assembleia anterior, quando aprovámos o Mapa de Pessoal, a pedido do senhor deputado Pedro Gonçalves do CDS. É uma obrigação legal, quando nós aprovamos o Quadro do Pessoal, fazemos uma previsão das pessoas que iremos contratar em regime de substituição. E nós, de acordo com o que tinha sido o histórico de anos anteriores, com o que sabemos que se vai repetindo em termos estatísticos, conhecendo também as pessoas que trabalham connosco, entendemos que esse número de vagas seria a adequada para podermos contratar pessoas quando temos funcionários em ausência prolongada e precisamos de os substituir. -----

----- Posso dizer-lhe por exemplo que, temos sempre um largo número de pessoas contratadas em regime de substituição, nomeadamente nas escolas. Todas as pessoas que estão ausentes por mais de trinta dias, a partir do momento em que a direção da escola tem conhecimento, manda um e-mail para os Recursos Humanos e estes fazem o processo. Se por acaso a reunião de Câmara tiver sido no dia anterior, o senhor Presidente aprova, ou eu se estiver a substituí-lo, ao abrigo da urgência e vai à Câmara para ratificar. E tem sido sempre ratificado e é reconhecido a bondade deste processo e a celeridade com que se dá resposta. -----

----- Mas, se não tivéssemos previstos esses lugares no Quadro, que têm de estar orçamentados, e isto é uma imposição que nós temos e que decorre da Lei, não podíamos contratar com esta facilidade. Portanto, não é exato dizer que temos quinze por cento de pessoas a menos. Temos as pessoas que entendemos serem as adequadas para o trabalho e de acordo com as nossas capacidades. Obviamente que haverá quem diga que é pouco, haverá quem diga que não é. Nunca são todos como nós gostaríamos para trabalharmos todos um pouco menos, até eu, mas são aquelas que entendemos adequadas. Os lugares que temos vagos, resultam desta necessidade. E as pessoas que temos em mobilidade, estão, se não estou em erro, todas substituídas. Porque temos feito contratações também para as substituir. E nalguns serviços, até reforçámos o número de efetivos. -----

----- Quanto à empreitada, é uma empreitada de muro e garagem que foi feita quando nós fizemos as obras de recuperação da laje da Ribeira de Santa Catarina e alargámos a circulação na laje que, em alguns sítios, estava muito frágil. Inclusive, houve sítios onde ela afundou e abateu completamente. Junto a esta garagem, onde está este quintal, havia uma passagem que foi aberta quando fizemos as obras. Quem vem da Salgueiro Maia entrava nas garagens e isso abateu com um carro lá dentro. Portanto, nós fizemos as obras de recuperação da laje e, quando alargámos a parte da Ribeira, tivemos que deitar abaixo o muro desta casa e tivemos de o reconstruir. E, quando deitámos o muro abaixo, a garagem que era da década não sei de quando, também ficou em perigo. E ficou em perigo devido às nossas obras e fez parte do acordo com a pessoa, reconstruir-lhe a parede e a cobertura que caía se não fosse assim. -----

----- Isto foi validado na Câmara Municipal, é do conhecimento, a obra está lá. O senhor queria que nós pagássemos e nós dissemos que estamos obrigados a pagar o equivalente ao que tem. Mas é assim, eu não vou fazer uma coisa hoje, com o equivalente à década de quarenta. Mas o equivalente aceitável. E ele pagou a diferença. Quis um portão de melhor qualidade, fez ali mais uns melhoramentos na casa e pagou ele a diferença. Foi o acordo que tivemos. -----

----- Já agora, para esclarecimento, na presidência do senhor Poitout, foram feitos acordo e feitas as escrituras com os titulares dos terrenos onde passava a Ribeira de Santa Catarina, que

dava o direito às pessoas de ocuparem a laje, num pressuposto de que, quando a Câmara quisesse fazer obras de recuperação ou intervenção da Ribeira, as obras não seriam repostas e a Câmara teria direito a fazê-lo. Agora, quando as obras passam o que é estritamente a recuperação da Ribeira e vamos interferir com a construção, que devido à qualidade da época não permite que aquela construção se mantenha, houve aqui algum bom senso e foi isto o que se passou e, portanto, consta aqui esta obra. -----

----- Dado que mais ninguém quis intervir, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, passou ao ponto dois da ordem de trabalhos. -----

PONTO NÚMERO DOIS -----

“APRESENTAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS NO ENTRONCAMENTO” -----

----- Fez uso da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia**: Este ponto dois, foi um ponto proposto na Comissão Permanente e aprovada a sua inclusão na ordem do dia. Vamos ter assim a apresentação do funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, que é uma mera informação para todos nós e também para toda a comunidade que nos está a ouvir. É um sector muito importante e cada vez mais pragmático na atividade da cidade. -----

----- Foi dada a palavra à senhora **deputada Fernanda Alves**: Antes de mais, quero cumprimentar todos, e tal como ficou definido, cá está a sessão sobre o funcionamento da CPCJ. Quando lancei este desafio e quando depois chegámos à conclusão de que seria uma boa oportunidade, é porque acho que, sendo eu, e temos aqui mais comissários, uma das representantes da Assembleia Municipal na CPCJ, penso que seria pertinente e agradeço por também acharem que sim, a oportunidade. Ainda antes de começar, agradeço também à Assembleia Municipal. -----

----- Não comecei na CPCJ com as pessoas que aqui estão presentes, mas, já em dois mil e catorze, fui designada para a Comissão e tem sido, de facto, um privilégio. Daí eu agradecer às anteriores Assembleias e a esta, a oportunidade deste privilégio que é estar na Comissão. Eu entrei em dois mil e catorze e, tal como diz a Lei, terminarei em setembro de dois mil e vinte e três. -----

----- Para além de cumprimentar a todos, quero também cumprimentar quem está em casa. Esta é uma oportunidade única porque é bom que as pessoas que nos estão a ouvir, se tiverem dúvidas, as farão chegar à Comissão, tal como aqui os senhores deputados, para não estarmos depois aqui a responder, seria pertinente que colocassem por escrito e depois a equipa da CPCJ terá todo o gosto em responder às dúvidas ou questões que nos endereçarem. -----

----- Se me permitem, queria também agradecer à equipa da CPCJ que tem estado comigo; agradecer a todos os parceiros, nomeadamente Câmara, Juntas de Freguesia, que têm facilitado muito o trabalho da CPCJ do ponto de vista da visibilidade que ela deve ter para o exterior com as atividades que temos desenvolvido. -----

----- Agradecer também à comunidade em geral, às entidades exteriores, ao comércio local e a todos aqueles que nos têm apoiado. Não vou mencionar ninguém, mas dizer-vos que, pessoalmente estou muito satisfeita com todo o apoio que temos tido. Nestes tempos que tenho estado à frente da CPCJ, tem sido de facto um trabalho verdadeiramente conjunto e é isso que eu agradeço também, em nome de todos os comissários, em nome de toda a equipa. -

----- Agradecer também às famílias. Às famílias que nós acompanhamos. Porque de facto houve aqui uma mudança de paradigma. Porque, se até aqui as pessoas tinham medo quando se falava da CPCJ, hoje nós ganhámos a confiança das famílias. (Posso dizer-vos, a título de exemplo, que eu sou abordada muitas vezes na rua por pessoas que me pedem conselhos, pedem esclarecimentos, porque as pessoas querem ajudar, querem saber se fazem mal, se fazem bem e como podem fazer para ajudar também a CPCJ). Porque esta é uma responsabilidade de todos nós. A proteção das nossas crianças é uma responsabilidade de todos nós. -----

----- Começo por vos explicar o que é uma CPCJ? É uma comissão de proteção de crianças e jovens, que é uma instituição que tem como objeto a promoção dos direitos dessas crianças e a proteção de crianças e jovens em perigo. Risco, sendo que a linha é muito ténue, é muito diferente de perigo e quando sinalizamos uma criança, devemos ter todos os cuidados. -----

----- Comissão de proteção de crianças e jovens em perigo, de forma a garantir o seu bem-estar devidamente integrado. Isto abrange muita coisa, como maus tratos físicos e psíquicos, abuso sexual, abuso emocional, trabalho infantil, problemas de saúde, abandono ou absentismo escolar, uso de drogas ou estupefacientes ou bebidas, entre muitas outras situações, são questões que não devem estar presentes na vida de uma criança. -----

----- Há situações, como o abuso sexual, que é considerado crime grave, e é a polícia judiciária e o Tribunal que tomam conta destas situações, não compete à CPCJ. Podemos é trabalhar as famílias nesse sentido e ajudar de alguma forma. Mas tudo isto são questões que estão sempre muito presentes e que devemos estar alerta. -----

----- Como é que funciona o sistema de proteção à infância e juventude, que é igual em todo o país? Temos uma pirâmide e na base, todos somos responsáveis pela prevenção de maus tratos às crianças. Todos dentro da comunidade, ninguém pode ficar de fora. Todos podemos e temos o dever sinalizar quando detetamos algum problema. Na pirâmide mais acima, temos a zona de risco, onde são chamadas entidades com competência em matéria de infância e juventude, como sendo a saúde, a educação, segurança social, órgãos policiais, autárquica, IPSS, ONG's entre outras. E estas são chamadas as entidades de primeira linha. Devo também dizer-vos que já não é a primeira vez que uma situação que vem à CPCJ, e depois de analisada é devolvido o processo à entidade de primeira linha, por entendermos que a entidade de primeira linha deveria ter feito um trabalho muito mais apurado. -----

----- Quando uma situação chega à CPCJ, há um trabalho muito, mas muito árduo, um trabalho muito vasto da Comissão na modalidade restrita. A CPCJ funciona com a modalidade de comissão alargada, de onde são retirados elementos para a comissão de modalidade restrita. Que se reúne uma vez por semana, todas as terças-feiras e é muito raro não ter processos para abrir. -----

----- Acima de nós, temos então o Tribunal. A CPCJ trabalha com as famílias, sempre com o consentimento expresso da própria família. Se a família não der o seu consentimento, passa de imediato das mãos da CPCJ para o Tribunal onde não é preciso consentimento e eles fazem o trabalho que têm de fazer. -----

----- E qual é o objetivo principal da intervenção de todos? Melhorar a qualidade e a eficácia da intervenção que é prestada, por todos os intervenientes, às crianças que vivem em situação de risco ou de perigo, sendo sempre presente o princípio da intervenção mínima e da privacidade da criança. Isto quer dizer que, não vai andar a CPCJ a trabalhar aquela família, ao mesmo tempo que outra entidade e outras pessoas. Tem de haver uma intervenção mínima, porque estas questões mexem com a vida das pessoas e, às vezes, não há razões para estar a penalizar estas situações. Portanto, há que ter sempre esse cuidado. -----

----- A Lei n.º 142, é a Lei que rege as CPCJ, veio substituir a Lei n.º 147 de 1999. -----

----- É no artigo 17.º que temos plasmados os representantes que têm de estar na CPCJ e, a alínea l), fala-nos dos quatro cidadãos eleitores, que diz respeito à Assembleia Municipal. Daí que quando um comissário que foi designado pela Assembleia sai, há necessidade de recolocar uma pessoa nesse lugar. -----

----- Já aqui hoje se falou na Professora Amélia, também eu trabalhei com ela durante algum tempo, era ela a responsável, agora a Professora Margarida, mas de facto, é importante esta articulação da CPCJ com o Agrupamento. Daí que, há três anos atrás, quando entrei para este lugar de presidente, e uma vez que também sou docente, entendi por bem fazer um guião de procedimento para os processos. Porque ainda havia muito aquela ideia de que a CPCJ era um bicho papão e, toda a gente sabia o que era uma CPCJ, mas depois, saber como proceder, às

vezes era complicado. Foi feito o guião dos procedimentos, com informação muito simples, muito sucinto, uma informação básica que foi passada a todos os docentes. -----

----- Gostava também de chamar à atenção para uma coisa, a CPCJ não interfere com os procedimentos internos de qualquer entidade. Esta é uma regra básica que até à data tem existido. Nós não interferimos com os procedimentos internos de qualquer entidade. Nós explicamos, ou tentamos informar o que é que se deve fazer relativamente à CPCJ, mas os procedimentos internos da entidade não nos dizem respeito. -----

----- A CPCJ não retira crianças, a CPCJ propõe, alerta que aquela criança não está bem, mas, para além da CPCJ poder propor, estas entidades podem acionar, sempre por ordem do Tribunal, o artigo 91.º que é a retirada de uma criança se entenderem que ela está em perigo eminente. Só para dar ideia do que nós, CPCJ, entendemos, que seria importante que os docentes tivessem a seu dispor. -----

----- Como é que a CPCJ atua? Muito sucintamente, vem uma sinalização, por escrito, telefonicamente, anónima, não importa. A primeira coisa que temos a fazer, é fazer uma abertura do processo e fazer uma avaliação, com os sete elementos da comissão Restrita, que são obrigatoriamente da educação, saúde, IPSS segurança social, Câmara Municipal e mais alguém das entidades obrigatórias. O processo é avaliado, se acharmos que não há ali sustentabilidade para avançar, faz-se o arquivamento e o caso fica por aí; se acharmos que não temos intervenção ali porque o caso é sério demais, pode ser feito o arquivamento e enviado para Tribunal; mas se acharmos que tem matéria para andar, fazemos a abertura do processo, com todos os trâmites que isso implica, damos apoio à família. -----

----- E há aqui uma coisa muito importante. Nada na CPCJ é feito sem termos o consentimento expresso dos pais. Os pais vão ter de dar o consentimento, se não derem consentimento, o processo é fechado e segue para Tribunal. Bem como a criança, se tiver doze anos ou mais, tem de assinar um documento em como não se opõe / ou opõe-se. -----

----- Todo o acompanhamento feito às famílias, é um trabalho muito árduo. Após avaliação minuciosa, vem a decisão. Há ou não há necessidade de fazer um acordo? Esse acordo é assinado por nós, pelos pais e pela criança se tiver doze anos e pode ter a duração de doze meses, prorrogável por mais seis meses, sempre com acompanhamento próximo das duas gestoras que estiverem com o processo. -----

----- Como vos disse há pouco e agradecendo mais uma vez a oportunidade que tive de estar nesta Comissão. O mandato da comissária Fernanda Alves vai terminar em setembro de dois mil e vinte e três. Eu lamento, pois gostaria muito de poder dar andamento a alguns projetos, porque, modéstia à parte, temos uma grande equipa, um grande envolvimento de todos. Estão aqui pessoas que entraram há pouco tempo para a Comissão e sabem que todos estão envolvidos e é assim que deve ser. -----

----- Começámos com sessões de esclarecimento e esta é a quinta, desde os Bombeiros, CLS, Centro de Saúde, Assembleia Municipal, Gustave Eiffel e ainda temos as Associações Desportivas para o projeto que eu tinha em mãos e que gostaria de continuar. Fica aqui a minha gratidão. -----

----- Fez uso da palavra o **senhor Presidente da Assembleia**: Foi muito útil o seu esclarecimento. Na reunião da Comissão Permanente, tinha designado breve apresentação, mas ficou só uma apresentação. Pergunto a quem pretende intervir relativamente a este assunto. -----

----- Pediu a palavra a senhora **deputada Carla Sarroeira**: Boa noite a todos. Eu só queria relembrar à Dr. Fernanda Alves, pois acho que não foi falado, que, infelizmente, ou felizmente, eu também fui acompanhada pela CPCJ durante seis meses e posso dizer que as psicólogas que nos acompanham depois, ajudam bastante. Porque às vezes não é só o que acontece no momento. As coisas ficam cá. Elas não matam, mas moem. E a ajuda de um psicólogo durante algum tempo, ajuda bastante. Por isso, as psicólogas também não podem ficar esquecidas, porque elas fazem um trabalho impecável. -----

----- Pediu a palavra a senhora **deputada Céu Carvalho**: Mais uma vez, boa noite. Eu não posso deixar de não intervir neste ponto, porque desde janeiro que a Assembleia me colocou, como comissária e tenho a dizer que, efetivamente, todo este trabalho me tem agradado. -----

----- Tendo em atenção ao que foi aqui explicado, explanado nesta atuação, relativamente à professora Fernanda Alves, que vai terminar, de facto, o seu mandato. Efetivamente eu tenho visto um trabalho de proximidade, tenho visto um trabalho muito completo, tenho visto, inclusive colegas de outras terras que ficam muito agradadas quando há um esclarecimento de mito urbano e que, aquilo que muitas vezes era mito sobre a CPCJ, tem estado desbloqueado e ainda bem que assim é. Ainda bem que há ações na Comunidade, na população, na Escola. ---
----- De facto, eu entrei há tão pouco tempo e tem-me agradado muito a forma de trabalhar da Comissão. -----

----- Assim, eu gostava de saber o seguinte: Tendo em atenção, e acho que é reconhecido todo o trabalho que tem sido feito pela nossa Fernanda e que vai terminar o mandato, eu gostava de apresentar à Mesa, se é possível fazer um requerimento, com votação imediata, em relação à Fernanda poder continuar. -----

----- Nomeadamente, e uma vez reconhecido o trabalho desenvolvido ao longo destes anos, com crianças, famílias, parceiros e comunidade pela representante desta nossa Assembleia na CPCJ, em nome da Fernanda, e tendo ela expresso que é um trabalho, que se nota que o faz (ela não se calava exatamente por isso) e nos quer dar a conhecer tudo o que faz, requerer à nossa Assembleia Municipal, se fosse possível, comunicar à Direção Nacional da CPCJ, o desejo de manter esta representante/cidadã do nosso concelho e da nossa Assembleia Municipal, Maria Fernanda Alves, para assegurar este bom trabalho que tem sido feito. -----

----- Gostaria de colocar à consideração da Mesa. -----

----- Interveio o senhor **Presidente da Assembleia**: A senhora deputada Céu Carvalho, está a apresentar à Assembleia um pedido? -----

----- Continuou a senhora **deputada Céu Carvalho**: Exatamente. É um pedido à Mesa, no sentido do reconhecimento deste trabalho, podermos pedir, enquanto Assembleia Municipal, que a Professora Fernanda Alves pudesse continuar neste trabalho. No entanto, a decisão será com certeza da Direção Nacional, mas também nos caberá a nós reconhecer este bom trabalho e pedir a sua continuidade. -----

----- Fez uso da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia**: Peço que formalize esse pedido à Mesa. -----

----- A senhora **deputada Céu Carvalho**, do Bloco de Esquerda, apresentou requerimento à Mesa: -----

REQUERIMENTO À MESA -----

*“Uma vez reconhecido o trabalho desenvolvido ao longo destes anos com crianças, famílias parceiros e comunidade pela representante desta Assembleia Municipal, Professora Maria Fernanda Alves, representante nesta Assembleia Municipal na C.P.C.J. -----
Requer-se a esta Assembleia que, nos termos do disposto no n.º 2 e 5 do art.º 26.º da Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, dirija à Comissão Nacional da CPCJ pedido de parecer favorável para que, excecionalmente, possa ocorrer designação da mesma Cidadã Maria Fernanda Alves, podendo, assim, prolongar-se o mandato para além do prazo máximo estabelecido no supracitado documento legal, para assegurar a continuidade do bom trabalho que tem realizado.” -----*

----- Continuou a senhora **deputada Céu Carvalho**: Está aqui elaborado à mão, mas posteriormente passarei em computador se assim o entenderem. -----

----- Interveio o **Senhor Presidente da Assembleia**: Portanto, o que a senhora deputada pretende ao dirigir esse requerimento à Mesa, é que esta dirija esse requerimento à Comissão Nacional da CPCJ. -----

----- O requerimento é apresentado à Mesa, vai ser votado e, será rejeitado ou aprovado. -----

----- Foi dada a palavra o senhor **deputado Ricardo Antunes**: Eu pedi a palavra há pouco, mas se é um requerimento, eu não posso falar. Tem de ser votado. -----

----- Pediu a palavra o senhor **deputado Pedro Gonçalves**: Só quero aqui frisar que a nossa Lei, quando pede que os comissários emanem da Assembleia Municipal, tem uma lacuna, porque deveria de ser a acompanhar os mandatos e o não é. Os nove anos não são cumulativos. Ou seja, eu estou aqui desde a primeira vez que a Fernanda Alves foi declarada e o seu nome aprovado para ser comissária e não faz grande sentido, a meio de um mandato, a pessoa sair. Se é mandatada por esta Assembleia, não faz grande sentido cair a meio do mandato desta Assembleia. Isto não faz sentido. -----

----- Assim, eu só posso acompanhar este pedido. Não por ser a pessoa A, a pessoa B, ou a pessoa C, obviamente que a Fernanda tem os méritos que tem, mas, até por uma questão de justiça, porque se são os nomes de uma Assembleia Municipal, votamos os nomes dessas pessoas, esses nomes deviam acompanhar o mandato todo. Não faz sentido. Se a pessoa não pode, é uma coisa, vamos nomear outra pessoa até ao final do mandato. Mas há Lei e nós não podemos fazer nada, mas se há esta prerrogativa, façamos. -----

----- Pediu a palavra a senhora **deputada Fernanda Alves**: Resta-me agradecer as palavras e dizer-vos que eu também tenho essa vontade. Gostava de esclarecer que a Lei, de facto diz que ao fim de nove anos o Comissário deve sair, sendo certo que existe uma exceção, se não estou em erro, no artigo vigésimo sexto. -----

----- Se a Assembleia entender que eu posso continuar por mais um mandato, terá de se pronunciar e isto tem de ser enviado à Comissão Nacional. -----

----- Pediu a palavra a senhora **deputada Paula Carloto**: Quero que fique claro que não tenho nenhuma objeção à pessoa e portanto, não é isso que está em causa. Mas, do ponto de vista legal, do interesse de todos nós e da própria, gostava de ver isto esclarecido. Gostava de perceber exatamente a exceção, quais são os termos em que esta exceção se pode aplicar. -----

----- A proposta que eu fazia era, que desse entrada uma proposta, que não fosse apreciada hoje, mas apreciada numa próxima Assembleia e votada. -----

----- Se isso for possível, penso que vai haver uma unanimidade de todos nesse sentido. Não me parece que o problema seja a falta de unanimidade. -----

----- Interveio a senhora **deputada Céu Carvalho**: Penso que, em termos de tempo, para o Ministério da Educação e porque faz todo o requerimento das pessoas, se deixarmos para uma próxima Assembleia, o tempo urge e aí não conseguiremos mesmo. -----

----- Penso que podem ajudar-me depois a completar aqui o requerimento se assim o entenderem. -----

----- Interveio a senhora **deputada Paula Carloto**: Para sermos pragmáticos, entra hoje o pedido. A partir de hoje conta o prazo para fazer o esclarecimento das coisas e, esclarecido que seja, na próxima Sessão vota-se. -----

----- Esclareceu o senhor **Presidente da Assembleia**: Tanto quanto eu sei, não há muito a esclarecer. É apresentado um requerimento e nós temos de o votar. Mas nós não vamos decidir nada, pois a decisão não é nossa. Se o requerimento não for aprovado, não é enviado. Se for aprovado, é enviado para a Comissão Nacional e esta decidirá o que entender. -----

----- Nós aqui não vamos decidir se a senhora deputada vai continuar na CPCJ, ou não. Isso não é preciso ser equacionado. -----

----- Aqui, uma vez que foi apresentado um requerimento, vamos submetê-lo a votação. É rejeitado, colocamos um ponto final. É aprovado, fazemos chegar a quem de direito e a partir daí essa entidade é que decide. -----

----- Dado tratar-se de um requerimento que envolve e cita o nome de uma pessoa, vamos efetuar a votação por voto secreto, utilizando boletins de sim/não. -----

----- Pediu a palavra o senhor **deputado Nuno Horta**: Relativamente a este ponto, eu sugiro que ele passe para o final da Ordem de Trabalhos. Seja incluído como décimo primeiro. Esta sessão deve acabar à meia noite. -----

----- Interveio o senhor **deputado Ricardo Antunes**: É um requerimento e tem de ser votado no momento dele. -----

----- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia**: É no momento em que o requerimento é apresentado é apresentado à Mesa que tem de ser votado. Fosse qual fosse. Por isso vamos distribuir os boletins para que escrevam o vosso sentido de voto (Sim, para aprovar o requerimento, Não, para rejeitar o requerimento). -----

----- Efetuada a distribuição dos boletins de voto e a chamada dos eleitos para colocação dos respetivos votos em urna, o **Senhor Presidente**, com a ajuda da segunda secretária, procederam à contagem dos mesmos. -----

----- A senhora deputada Fernanda Alves, não vota este requerimento apresentado à Mesa, por ser parte interessada na matéria. -----

VOTAÇÃO DO REQUERIMENTO APRESENTADO À MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, PELA BANCADA DO BLOCO DE ESQUERDA: -----

----- O requerimento apresentado à Mesa da Assembleia Municipal pela bancada do Bloco de Esquerda, foi **aprovado por maioria, com vinte votos sim, um voto não e, um voto em branco**. -----

----- Passou-se de imediato ao ponto três da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO TRÊS -----

“AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO DE 2023/2024, de acordo com a al.^a c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro” -----

----- Fez uso da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**: Esta proposta aqui apresentada, foi aprovada por unanimidade na reunião da Câmara Municipal. -----

----- Ninguém querendo intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, o senhor **Presidente da Assembleia**, colocou-o à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- O ponto número três da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por unanimidade, com vinte e dois votos**, sendo, oito votos do Partido Socialista, sete votos do Partido Social Democrata, dois votos dos independentes, um voto do partido CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrata Social-Partido Popular e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, não votou este ponto da ordem dos trabalhos, por se encontrar ausente da sala no momento da votação. -----

----- Entrou-se de seguida no ponto quatro da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO QUATRO -----

“PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DE ALTERAÇÃO DAS ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA, de acordo com o n.º 1 do artigo 13.º da lei n.º 32/2012, de 14 de agosto” -----

----- Fez uso da palavra o senhor **Presidente da Assembleia**: Esta proposta de delimitação das ARU's no concelho do Entroncamento, foi também aprovada por unanimidade na reunião de Câmara, bem como a criação de incentivos, conforme documentação enviada atempadamente a todos os senhores deputados. -----

----- Dado que ninguém manifestou vontade de intervir, o senhor **Presidente da Assembleia**, colocou o ponto quatro da ordem dos trabalhos à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- O ponto número quatro da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por unanimidade, com vinte e dois votos**, sendo, oito votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, dois votos dos independentes, um voto do partido CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrata Social-

Partido Popular, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima. -----
----- Não votou este ponto da ordem dos trabalhos a senhora deputada Teresa Lucas, do Partido Social Democrata, por se encontrar ausente da sala no momento da votação. -----
----- Passou-se de seguida ao ponto cinco da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO CINCO -----

“ALIENAÇÃO DA FAIXA DE TERRENO ENTRE OS LOTES L1 23 E L1 24 DA ZONA INDUSTRIAL, de acordo com a al.^a i) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro e al.^a q) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro” -----

----- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia**: Toda a documentação relacionada com este assunto, foi distribuída aos senhores deputados. -----

----- Pediu a palavra o senhor **deputado Ricardo Antunes**: Eu conheço bem a situação, mas queria só dar aqui uma nota. O edital menciona a alínea i) e o enquadramento da competência da Assembleia, eu julgo que é a alínea q). Posso estar equivocado, mas penso que não. -----

----- É só uma questão de forma, porque está claro na deliberação e na informação que é remetida. -----

----- Não é que a alínea não seja enquadrável, mas, neste caso, seria a alínea i) e q), porque aquilo que nós estamos a deliberar, é sobre a competência que está em q), que é “Deliberar sobre a afetação ou desafetação de bens do domínio público municipal”. -----

----- Pediu a palavra a senhora **Vice-Presidente, Dr.ª Ilda Joaquim**: Eu não tenho aqui o diploma à mão. Mas o que está aqui em causa, é apenas a alteração dominial. Do domínio público para o domínio privado. -----

----- Se está mal indicada a alínea, corrige-se. -----

----- Voltou a pedir a palavra o senhor **deputado Ricardo Antunes**: A alínea i), diz: *Autorizar a Câmara Municipal a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor superior a 1000 vezes a RMMG, e fixar as respetivas condições gerais, podendo determinar o recurso à hasta pública, assim como a alienar ou onerar bens ou valores artísticos do município, independentemente do seu valor, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 33.º*” a alínea q), diz: *“Deliberar sobre a afetação ou desafetação de bens do domínio público municipal”*. -----

----- Interveio a senhora **Vice-Presidente, Dr.ª Ilda Joaquim**: Esta alienação, pelo seu valor, não precisa de vir à Assembleia, portanto, é a questão de alteração dominial. Mas como foi à Câmara para as duas coisas, aqui essa alteração. Mas não seja por isso, está este lapso, mas corrige-se no teor da deliberação, se estiverem de acordo. -----

----- Pediu a palavra a senhora **deputada Susana Vieira**: Ter-se-á de alterar o ponto, porque não se trata de alienação, mas autorização de desafetação. -----

----- Explicou a senhora **Vice-Presidente, Dr.ª Ilda Joaquim**: O ponto veio identificado conforme foi à reunião de Câmara, por isso, na deliberação, menciona-se que, como foi deliberado também propor à Assembleia a alteração dominial, que é o que consta da informação do técnico e tem mencionado os requisitos que é o desinteresse que há para o domínio público daquele espaço, então, a minha sugestão, é, na deliberação da Assembleia se especifique que se autoriza a alteração dominial e fica resolvido. -----

----- Fez uso da palavra o **senhor Presidente da Assembleia**: É claro aquilo que aqui está em causa. Não há dúvidas nenhuma sobre isso, não é? Mas se acharem que este ponto deve ser retirado, ou alterado. Podemos corrigir. Alterar por acordo. -----

----- Em fez de constar alínea i) passe a constar alínea q). -----

----- Interveio a senhora **deputada Paula Carloto**: Portanto, não se trata de aprovação de uma alienação, trata-se de uma aprovação de desafetação. -----

----- Voltou ao uso da palavra o senhor **Presidente da Assembleia**: Assim sendo, está esclarecido, está colocada a retificação, podemos passar à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- O ponto número cinco da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por unanimidade**, com **vinte e três votos**, sendo, oito votos do Partido Socialista, sete votos do Partido Social Democrata, dois votos dos independentes, um voto do partido CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrata Social-Partido Popular, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima. -----

PONTO NÚMERO SEIS -----

“ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO SUL – processo 1320/13.OBelra – STAL -----

----- Fez uso da palavra o senhor **Presidente da Assembleia**: Este ponto é só para conhecimento. Não sei se a senhora Vice-Presidente quer dar algum esclarecimento sobre este assunto. À semelhança com os restantes pontos, toda a documentação foi distribuída. -----

----- Foi dada a palavra à senhora **Vice-Presidente, Dr.ª Ilda Joaquim**: Este foi um processo que fez correr muita tinta. O processo começou quando a Lei foi alterada para que as pessoas deixassem de trabalhar trinta e cinco para quarenta horas e, fazer as quarenta horas, era uma imposição legal. O que houve foi um erro regularizado, na altura, na determinação da hora de início e da hora final, que devia ter sido promovida a audição dos trabalhadores, ou de quem os representasse e não foi. -----

----- Daí não decorria, no nosso entendimento, que as pessoas tivessem trabalhado horas a mais. O que decorria era uma ilegítima determinação do início e do fim. Daí que, não se pudesse dizer que as pessoas tinham trabalhado horas a que não estavam obrigadas, porque de facto estavam obrigadas por imposição legal. -----

----- Os Sindicatos entenderam que havia aqui trabalho suplementar. Nós defendemos sempre que, considerando aquilo que é pedido para classificar como trabalho suplementar, ou trabalho extraordinário, como é normalmente conhecido, não estavam verificados esses requisitos e entendemos que não seria de pagar por falta de enquadramento. -----

----- Foi posta a ação, depois houve aqui um recurso de uma execução da ação e nesse recurso agora é-nos dada razão de que não há valores a pagar. -----

----- Como tal, está esclarecida a situação, o Tribunal que avaliou o pedido de execução do Sindicato veio dizer que não cabia razão aos autores por motivos diferentes daqueles que eles invocavam (não interessa entrar aqui em pormenores jurídicos, que seriam maçudos), mas de facto, não há lugar ao pagamento deste valor, porque não havia enquadramento para o efeito. -

----- Efetuado o esclarecimento e ninguém querendo intervir sobre esta matéria, o senhor **Presidente da Assembleia** passou de imediato ao ponto seguinte da ordem dos trabalhos. ----

PONTO NÚMERO SETE -----

“TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS – PROPOSTA DE EXERCÍCIO DE COMPETÊNCIAS NA ÁREA DA SAÚDE, de acordo com o Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro, na sua atual redação” -----

----- Fez uso da palavra o senhor **Presidente da Assembleia**: Este assunto é só para conhecimento, mas não sei se a senhora Vice-Presidente pretende dar algum esclarecimento, antes dos restantes deputados intervirem se assim o entenderem. -----

----- Foi dada a palavra à senhora **Vice-Presidente, Dr.ª Ilda Joaquim**: Obrigada pela oportunidade. Penso que este é um assunto muito importante, até na sequência da Moção que já foi hoje aqui votada. -----

----- A descentralização de competências na área da saúde, foi o setor em que mais tempo demorámos a aceitar essa competência, porque entendíamos que não estavam reunidos um conjunto de requisitos que nos permitissem exercer estas competências e desenvolver o trabalho que ela pressupõe, com a devida dignidade e com tudo o que era necessário para que o trabalho fosse o mais bem feito possível, dentro das nossas capacidades, independentemente de poderemos errar, pois só não erra quem não faz. -----

----- Daí que, na minha proposta que penso que foi disponibilizada, entendemos que neste momento as questões estão ultrapassadas. E as questões eram essencialmente as seguintes: ----

----- O edifício não passava para o Município (nós não fazemos nenhuma questão de ser proprietários de edifícios) e não passava porque existem lá serviços que fazem trabalho multimunicipal, para vários municípios. E nessas situações, na proposta inicial, os edifícios continuavam na titularidade do Ministério da Saúde, mas nós tínhamos obrigação de os manter e conservar. Para nós, esta obrigação não estava bem definida e pusemos várias vezes questões que achámos que não tinham sido ainda bem clarificadas. Neste momento, o edifício passa para o Município. Se tivermos de fazer obras, se tivermos de investir, estamos a trabalhar em algo que é nosso e não é de outra entidade; -----

----- Depois havia uma questão que é muito importante, que tem a ver com a conversão dos veículos automóveis. Como sabem, a descentralização de competências na área da saúde, prevê a passagem do pessoal auxiliar, os chamados auxiliares de ação médica, hoje assistentes operacionais, para o Quadro de Pessoal do Município. E, os motoristas são assistentes operacionais, as pessoas da limpeza são assistentes operacionais, as pessoas da segurança são assistentes operacionais e, o que é que acontece, as pessoas passando para nós, um motorista, para conduzir um veículo que se mantivesse na titularidade do Ministério da Saúde, não tinha competências para isso. Depois, os médicos, os enfermeiros, na sua atividade domiciliária, não era claro como é que iam conduzir os veículos que passavam para o Município. E esta dúvida, enquanto não fosse resolvida, para nós, corria-se o risco de pôr em causa os domicílios. Porque se o enfermeiro não podia conduzir, ou se tinha enquadramento para se recusar a conduzir um determinado veículo, e não tendo o Município nos seus Quadros, nem capacidade para o efeito, nem nos era dado os recursos necessários para ultrapassar essa deficiência, que era ter motoristas suficientes para pôr ao serviço do Centro de Saúde, nós não podíamos embarcar nesta viagem com esta dúvida. -----

----- Outra questão que para nós era muito importante, tem precisamente também a ver com os rácios do pessoal, dos assistentes operacionais que estavam afetos ao Centro de Saúde. Quando começámos a conversar, o Centro de Saúde tinha seis ou sete assistentes operacionais, as pessoas foram saindo por diversos motivos, e o Ministério (ARS) não os substituiu. Houve uma altura que eram apenas três pessoas. E nós perguntávamos como é que sabemos quantas pessoas são necessárias, qual é o cálculo (eu sei fazer o cálculo, mas não tenho de o fazer, por saber fazer das minhas funções anteriores, isto tem de estar definido no documento que se assina). Então como é que se faz o cálculo para definir o número de pessoas que, se não estiverem lá, com base nesse documento, o Município tem todos os requisitos para dizer, “meus senhores, é preciso contratar mais, atualizem o financiamento se faz favor”. E isso nunca aconteceu; -----

----- A outra situação final que se colocava, é que, quando foi publicado o diploma da descentralização, foi no final de dois mil e dezanove, com base nas prestações de contas do Ministério da Saúde e nós sabemos que a prestação de contas incide sobre as despesas do ano anterior. Ou seja, as despesas eram de dois mil e dezoito. E estarmos a aceitar uma transferência de competências com base numa dotação financeira de dois mil e dezoito, sem uma atualização garantida, era muito complexo. Achámos que era demasiado arriscado assumir essa responsabilidade. -----

----- Colocámos várias vezes a questão à ARS, até que certa altura nos disseram “você assinam o auto de transferência quando tiverem confortáveis” e ficámos à espera. -----

----- Entretanto, a Associação Nacional de Municípios entra neste processo e negocia com o Governo, assume o compromisso com o Governo, um conjunto de exigências que são reconhecidas e que são satisfeitas. Exigências essas que dão resposta a todas as questões que eu aqui vos coloco. Nomeadamente, no final do ano, o diploma da descentralização da saúde teve uma alteração em que já prevê a publicação de uma portaria a definir os rácios do pessoal, em que altera o diploma que na administração pública rege a condução de veículos

do Estado, para permitir resolver as nossas dúvidas dos domicílios e que define também como é que se faz o cálculo do financiamento e a sua atualização no âmbito da descentralização. ----

----- Com isto, entendemos estarem reunidos os requisitos para podermos assumir esta competência, muito embora tenhamos dúvidas sobre outras questões, nomeadamente, se isto faz algum sentido. -----

----- Neste momento, está em curso a preparação de uma ULS. Essa ULS que vai integrar os Centros de Saúde e os Hospitais tem vantagens, nomeadamente e resulta demonstrado das experiências que existem, em termos dos meios complementares de diagnóstico. Porque o hospital pode perfeitamente, porque está a fazer o seu plano de ação para a criação da ULS e sei, que uma das questões que está já pronta para ser implementada é instalar no Centro de Saúde um conjunto de meios de diagnóstico muito simples, mas que responde em muitas das exigências e evita que as pessoas vão fazê-los noutra local, ou que recorram aos hospitais e, este processo está em curso. -----

----- Existem outros processos em curso, mas como são processos que ainda estão em curso, não me sinto muito à vontade para explicar pormenorizadamente, mas posso dizer-vos que a USF do Entroncamento, modelo B, tem estado sempre com a sua classificação entre as dez melhores do país. Ainda este ano ficou em segundo lugar nesta área, nesta região do distrito de Santarém. Devido ao seu desempenho e à boa resposta que dá. -----

----- Do outro lado do Centro de Saúde, como se diz vulgarmente, onde há um conjunto de médicos que têm vindo a sair, alguns não reúnem os requisitos necessários para integrar uma Unidade de Saúde Familiar, está em curso, na sequência de reuniões que tivemos, quer a nível ministerial, quer a nível da direção executiva, diligências para criar uma segunda Unidade Local de Saúde. O concurso que não teve grande adesão, de recrutamento de médicos, também temos informação que se vai manter aberto, para permitir, pelo menos até ao final do ano, ter mais médicos a concorrer. -----

----- Portanto, o concurso mantém-se aberto para médicos que queiram concorrer. E está em curso uma alteração legislativa que vai terminar com as Unidades Locais de Saúde, modelo A, porque as Unidades Locais de Saúde, quando são criadas, começam por ser modelo A, depois, passam ao modelo B) preenchidos um conjunto de específicos e atingidos um determinado nível de cumprimento de normas que são definidas, de resultados da prestação de cuidados e, depois está previsto um terceiro modelo que é o C, que eu não tenho conhecimento de existir alguma Unidade Local de Saúde, modelo C, neste momento. Mas sabemos que está em curso alterações legislativas para terminar com as USF's modelo A, porque as USF's nasceram há alguns anos atrás, implica um processo de candidatura dos médicos, enfermeiros e administrativos do Centro de Saúde, candidatura essa que é pesada, dá trabalho, é demorada e, no contexto atual, não é fácil ter médicos que queiram iniciar este processo para continuarem a (desculpem-me a expressão) ganhar o mesmo, com grande carga de trabalho administrativo. -----

----- Então a proposta é que comecem todas no modelo B. -----

----- O que sabemos é que está a ser revisto o chamado Caderno de Encargos das USF's modelo B, para permitir, de facto, angariar profissionais para o Serviço Nacional de Saúde. ---

----- Eu penso que esta é a medida mais adequada, mais correta, porque reforça o Serviço Nacional de Saúde na perspetiva de rede e de integração e que, não é através de medidas pontuais dos Municípios, pagarem uns mais que outros, que faz com que os médicos possam ir para um município ou para outro. O que sei também, de alguns concelhos que o fizeram, é que neste momento essas medidas não estão a ter os resultados que se pretendiam. -----

----- Resumindo e para terminar a minha explicação, achámos que era a altura, até numa perspetiva de diálogo e colaboração com a ARS e com o Centro Hospitalar e o ACES, de aceitar as competências. Temos tido diálogos e diligências para levar a que haja iniciativas para criar uma segunda Unidade Local de Saúde. Acreditamos que seja esse o modelo mais correto. Haverá certamente aqui pessoas que estão inscritas em USF's e outras que não, e

conseguem perceber a diferença na resposta e no atendimento, que é de facto uma solução bastante interessante. -----

----- Para qualquer dúvida, estou ao dispor. -----

----- Ninguém mais querendo intervir, o senhor **Presidente da Assembleia** passou ao ponto oito da Ordem dos Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO OITO -----

“APRECIACÃO DO PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE UM ELEMENTO NA COMISSÃO ALARGADA DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS, nos termos da alínea l), ponto 1, do artigo 17.º (Composição da Comissão Alargada) da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 142/2015 de 18 de setembro (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo) -----

----- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia**: Como sabem, temos uma renúncia da Dr.ª Helena Lage e por isso temos de a substituir. -----

----- Mais uma vez, como vamos votar o nome de alguém, de uma pessoa, temos de proceder à votação secreta. -----

----- Pediu a palavra o senhor **deputado Ricardo Antunes**: A bancada do Partido Socialista gostaria de apresentar um nome para ocupar este lugar. Trata-se da professora **Isabel Campaniço**. Professora de Educação Especial, deste agrupamento de escolas, com uma vasta experiência na intervenção na comunidade e que, inclusivamente, já colaborou na equipa de intervenção precoce junto do Ministério Público no Entroncamento e que julgamos ser de grande valia para o trabalho que, inclusivamente, a deputada Fernanda Alves, Presidente da CPCJ nos mostrou aqui e julgamos que poderá trazer um bom apoio a esta equipa e para o trabalho, também por todas as circunstâncias que vamos aqui falando que se adivinha e que é bastante relevante para a nossa vida em comunidade. -----

----- Pediu a palavra a senhora **deputada Paula Carloto**: Os eleitos do PSD vão acompanhar favoravelmente esta proposta. Olhámos e analisamos o currículo da pessoa que nos é apresentada e parece-nos que reúne todas as condições para poder acrescentar valor ao trabalho da Comissão. -----

----- Ninguém mais querendo intervir, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou à votação a nomeação da professora Isabel Campaniço à votação, para substituir o elemento da Comissão Alargada da CPCJ, Dr.ª Helena Lage, que apresentou renúncia. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO OITO DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- O nome proposto – Isabel Maria da Fonseca Gonçalves Campaniço – para substituir o elemento que pediu substituição na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens foi **aprovado por maioria, com 21 votos “sim”** e dois votos “branco”. -----

----- Passou-se de imediato ao ponto nove da Ordem dos Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO NOVE -----

“PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (ARTIGO 37.º) QUE VIABILIZA A APRECIACÃO DE PROPOSTAS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL JOVEM DO ENTRONCAMENTO, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Fez uso da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia**: Como já falámos em sessões anteriores, pretende-se que no período de antes da ordem do dia, se possa reunir e ser apreciadas recomendações aprovadas pela Assembleia Municipal Jovem, a constituir. -----

----- Atendendo a que ninguém quis intervir neste ponto da ordem dos trabalhos, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou-o à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO NOVE DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- O ponto número nove da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por unanimidade**, com **vinte e três votos**, sendo, oito votos do Partido Socialista, sete votos do Partido Social Democrata, dois votos dos independentes, um voto do partido CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrata Social-

Partido Popular, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima. -----

----- Inteveio o senhor **Presidente da Assembleia**: Sendo assim, vamos ter de proceder a esta alteração ao Regimento, introduzindo aqui este ponto. -----

PONTO NÚMERO DEZ -----

“PROPOSTA DE NORMAS DE FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL JOVEM DO ENTRONCAMENTO -----

----- Pediu a palavra o senhor **deputado Ricardo Antunes**: Só para dar nota aqui de uma gralha no artigo quinto, número dois, alínea b), onde consta “estabelecer questões relativas ao Processo eleitoral” onde está vírgula, devia estar “e à participação em órgãos colegiais.” -----

----- Fez uso da palavra o senhor **Presidente da Assembleia**: Se me permitem, logo no princípio, no artigo primeiro, número um, diz: “... e visa a promoção dos valores de cidadania e participação da juventude do concelho do Entroncamento”. Esta participação... na vida política? Na vida social? Pode ser um preciosismo, mas isto parece-me muito lato. Parece-me um bocado vazio. -----

----- Inteveio a senhora **deputada Paula Carloto**: Se todos estivermos de acordo, acho que pode ficar “... visa a promoção dos valores de cidadania e participação ativa da juventude na vida política do concelho do Entroncamento”. Julgo que pode ficar assim. -----

----- Atendendo a que todos concordaram com o proposto pela Dr.^a Paula Carloto, e não havendo ninguém a opor-se, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número dez da ordem dos trabalhos à votação, com correção posterior dos dois pontos citados nesta Assembleia. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DEZ DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- O ponto número dez da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por unanimidade**, com **vinte e três votos**, sendo, oito votos do Partido Socialista, sete votos do Partido Social Democrata, dois votos dos independentes, um voto do partido CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrata Social-Partido Popular, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima. -----

----- Fez uso da palavra o senhor **Presidente da Assembleia**: Devo dizer que enviei este documento, no início desta semana, para a nova diretora do Agrupamento, para que tomasse conhecimento, dado que nós já tínhamos tido reuniões com o diretor anterior e com a diretora da Escola Profissional. -----

----- Achei que lhe teríamos de dar conhecimento e propor-lhe, se ela assim entendesse, voltássemos a reunir com ela também, em data que ela entendesse, pois acredito que agora esteja com muito trabalho. Porque isto é importante. Para que isto avance, envolvendo o Agrupamento, no projeto e em todo o Manual de Atividades do Agrupamento tem de se pensar nisto, pois tem de haver algum crédito horário para os professores que vão ficar com isto. E é importante que isso fique definido à partida. É importante, pois tem de haver, de facto, a vontade da direção do Agrupamento em colaborar com a Assembleia Municipal. E eu espero que não haja problemas nesse sentido e, por isso, enviei os documentos e disponibilizei-me para uma reunião aceite por todos. -----

----- Eventualmente, reunirei com a Comissão Permanente, se for proposta essa reunião e dir-vos-ei que vamos reunir com a senhora diretora Margarida da Costa. -----

----- Pediu a palavra a senhora **deputada Paula Carloto**: Queria fazer uma declaração de voto, dos eleitos do PSD, em relação à aprovação da Assembleia Municipal da Juventude. ----

DECLARAÇÃO DE VOTO DA BANCADA DO PSD: -----

*“Embora fosse nossa iniciativa, eu gostava de me congratular pelo facto da Assembleia Municipal do Entroncamento, no seu conjunto, e todos os partidos políticos terem agarrado esta iniciativa com interesse e mérito. -----
Eu acho que todos temos a ganhar com a constituição desta Assembleia.” -----*

----- Voltou ao udo da palavra o senhor **Presidente da Assembleia**: Em muitos momentos temos promovido, digamos, o consenso e diálogo entre todas as forças políticas. -----
----- Em primeiro lugar, temos o Entroncamento e o partido, às vezes, nesse aspeto, vai para segundo lugar. -----
----- Resta-me agradecer a presença de todos, agradecer a quem nos acompanhou online, agradecer a todos os trabalhadores que estiveram a fazer o seu trabalho, sei que o fazem com muito gosto, mas sem vos, os outros lá fora, os cidadãos, não sabiam o que estamos aqui a fazer e é importante o vosso trabalho. -----
----- Mais uma vez obrigado a todos, boas férias, para quem vai de férias e até setembro, se Deus quiser. -----
----- Nada mais havendo a tratar, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão quando eram vinte e três horas e quarenta e oito minutos. -----
----- Todos os assuntos agendados na Ordem dos Trabalhos foram aprovados em minuta. -----
----- A presente ata, depois de lida e visada pela Primeira Secretária, vai por ela assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia:

A 1.ª Secretária:

A 2.ª Secretária:

Elaborada por:
Ana Paula Rosão – Assistente Técnica